AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 41 | Nº 05 | MAIO 2021 | R$ 15,00



SETOR SUCROALCOOLEIRO
QUEM FICA COM OS RECURSOS DOS CBIOS?

DO MILHO

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

GESTÃO TRIBUTÁRIA É MELHOR O PRODUTOR ORGANIZAR-SE COMO PF OU PJ?

ETANOL DE MILHO SUBPRODUTO GARANTE LUCRATIVIDADE DAS USINAS EM MT

AGROINDÚSTRIA RITMO DA PRODUÇÃO INDICA DESACELERAÇÃO

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:

AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (Licenciado), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Jorge Irribarra (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Isaac Sidney Menezes Ferreira (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt , Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Solange Srour (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Teresa Cristina Vendramini, Marcello Brito, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO**.

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



www.agroanalysis.com.br
contato@agroanalysis.com.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

SETOR SUCROALCOOLEIRO: A DIVISÃO DOS RECURSOS DOS CBIOS

OS SOLAVANCOS políticos continuam, mas, aparentemente, os produtores rurais são os menos atingidos. Com os preços firmes dos principais produtos, o maior cuidado fica mesmo com a variação cambial. A nossa projeção é de que o real se valorize apesar de todos os problemas políticos. Isso significa travar vendas e comprar da mão para a boca. A inflação não vai escorregar, e a taxa básica de juros – Selic – vai subir, mas pouco.

Nesta edição, abrimos a discussão sobre a destinação dos recursos dos créditos de descarbonização (CBios). Estes são emitidos pelas usinas, mas como essa receita deve ser dividida entre as usinas e os fornecedores, ou os donos da terra no caso de arrendamento? Sobre essa questão, trazemos uma entrevista com Marcelo Ometto, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), um artigo com a visão da Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (ORPLANA) e um artigo de Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro). A ***Agroanalysis*** está aberta para ser palco dessa importante discussão. O CBio é uma excelente ideia, mas a distribuição dos seus recursos precisa ser justa. O setor sucroalcooleiro já deu um excelente exemplo de maturidade quando da criação do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP), em 1999.

Oportunamente, trazemos também, por mais um ano, um conteúdo especial sobre o setor sucroalcooleiro produzido pelos profissionais da UNICA. Em 2020, o início da pandemia de COVID-19 trouxe muitas incertezas para o setor, com um impacto negativo imediato sobre os mercados de etanol e de açúcar. No entanto, com o passar dos meses, o cenário negativo mudou e o balanço final da safra 2020/21 foi positivo. O pensamento da entidade gira em torno de uma nova era, com mais etanol, açúcar, bioeletricidade, biogás, biometano etc., produzidos com eficiência e preservação.

Ainda na produção de etanol, avançam pelo Brasil investimentos em plantas que utilizam o milho como matéria-prima. Com dinâmica completamente diferente do setor sucroalcooleiro, essa cadeia sofreu um forte choque de custos, com as altas no preço do milho. Mesmo assim, as usinas conseguiram preservar seu poder de compra, pois repassaram as altas do preço do cereal para o DDG (sigla em inglês para grãos secos por destilação), subproduto vendido por elas às cadeias pecuárias, que o utilizam como alimento para bovinos e suínos.

Olhando para a agroindústria como um todo, fevereiro último representou o oitavo mês consecutivo de crescimento da produção do setor. No entanto, foi o terceiro mês consecutivo de desaceleração da produção. O destaque foi a alta de 22,8% na produção de insumos agropecuários, o maior crescimento para o mês de fevereiro desde 2010.

Outra cultura destacada nesta edição é a de cacau. Graças à alta dos preços no mercado interno, a temporada 2020/21 foi rentável para a maioria dos produtores. Do lado da indústria, a pandemia provocou a retração no volume de amêndoas processadas em 2020, desempenho este que deve se repetir neste ano. A preocupação continua sendo o comportamento do consumo no País.

Nesta edição, iniciamos, ainda, uma série de artigos sobre tributação da atividade agropecuária (dentro da porteira). No primeiro artigo, respondemos se é melhor o produtor organizar-se como pessoa física ou jurídica, pensando em pagar menos imposto. Em primeiro plano, podemos afirmar que a menor carga fiscal incidente sobre a produção agropecuária ocorre no regime de pessoa física.

A reunião de abril do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp) debateu a agenda legislativa do setor. As apresentações do deputado federal Sergio Souza, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e de Nilson Aparecido Leitão, presidente do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), foram muito convergentes em relação aos temas prioritários. Na pauta das prioridades, estão a regularização fundiária e o licenciamento ambiental.

Por fim, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio (CBDA) em março último. No Brasil, novas exigências contratuais buscam a elevação dos padrões de qualidade e produtividade nos negócios rurais. Além disso, o estabelecimento das regras de conduta começa a modelar as relações jurídicas, afetando a alocação de recursos e o comportamento dos agentes econômicos. ■

04 EDITORIAL

06 CAPA **ENTREVISTA**
MARCELO OMETTO
RENOVABIO É BEM-SUCEDIDO NO SEU PRIMEIRO ANO

09 **FRASES & COMENTÁRIOS**

10 **MACROECONOMIA**
INFLAÇÃO E CÂMBIO

11 **AGRODROPS**

13 MERCADO & NEGÓCIOS

13 CAPA AGROINDÚSTRIA AINDA EM EXPANSÃO, MAS CADA VEZ MENOR

16 CAPA O VALOR DO PRODUTOR DE CANA NO RENOVABIO

18 CAPA EQUILÍBRIO COM OS CBIOS

19 CAPA ETANOL DE MILHO SUPERA O DE CANA EM MATO GROSSO

21 GESTÃO

21 CAPA TRIBUTAÇÃO NO CAMPO

24


AIPC
SAFRA MENOR REDUZ OFERTA DE CACAU PARA A INDÚSTRIA

30


IBDA
I CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO AGRONEGÓCIO (CBDA)

36 **BRASIL AGROAMBIENTAL**
PROTAGONISMO NA DÉCADA DA RESTAURAÇÃO DE ECOSSISTEMAS

38 **REUNIÃO DO COSAG**
AGENDA LEGISLATIVA PARA O AGRONEGÓCIO

43 **UNICA**
UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR

48 **ASBRAM**
MODELO SUSTENTÁVEL DA PECUÁRIA TROPICAL

49 **FAESP**
A URGENTE EFETIVIDADE DO CÓDIGO FLORESTAL

50 **DIÁRIO DE BORDO**
CONEXÃO PERFEITA

51 **PRODUZIR**
DESRESPEITO AO MANUAL DE CRÉDITO RURAL

52 **OPINIÃO**
POLÍTICAS PÚBLICAS NA ECONOMIA DE PLATAFORMAS

53 **REFLEXÃO**
O MOMENTO EXIGE PROTAGONISMO

54 **PIMAGRO**

RENOVABIO É BEM-SUCEDIDO NO SEU PRIMEIRO ANO

MARCELO OMETTO

Presidente do Conselho Deliberativo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e presidente do Conselho de Administração da São Martinho S.A.

Da Redação

COM LARGA experiência adquirida em uma vida profissional e empresarial dedicada totalmente ao setor sucroenergético, Marcelo Ometto presenciou conjunturas diversas no ambiente de negócios. Durante a década de 1990, ele pôde assistir de perto à extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e à transição da atividade açucareira para a de livre competitividade no mercado. No início deste século, veio o surgimento do carro *flex*, com a possibilidade do abastecimento com etanol, gasolina ou a mistura dos dois em qualquer proporção. A década de 2010 apresentou muito desequilíbrio com o controle de preços do etanol. Nesse quadro de mudança, o entrevistado comenta sobre a liderança mundial do País no açúcar e a chegada da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio).

AGROANALYSIS: A EXPORTAÇÃO RECORDE DO AÇÚCAR MARCOU 2020?

MARCELO OMETTO: Os nossos produtos contribuíram para que a indústria e os consumidores de diversos países não sofressem com o risco de desabastecimento diante da pandemia de COVID-19. O Brasil, mais uma vez, provou ser um parceiro comercial confiável na entrega dos produtos. Em 2020, o setor sucroenergético exportou a quantidade recorde de 30,8 milhões de toneladas de açúcar, com crescimento de 72% em relação ao ano anterior.

A China foi o grande destino das exportações nacionais de açúcar, graças à não renovação, em maio passado, da política de salvaguarda criada em 2017. Essa medida chegou a aumentar a tarifa de importação de açúcar brasileiro à elevada taxa de 95%. Com o fim da barreira comercial, o açúcar nacional voltou a ficar competitivo, sendo taxado em 50%, levando as nossas exportações a um volume inédito, superando 4,6 milhões de toneladas em 2020.

QUAL É A EXPECTATIVA EM TORNO DO RENOVABIO?

MO: A política mostra uma realidade de grande anseio na sociedade.



Orgulhamo-nos de estar entregando à população e ao mundo um dos maiores programas de descarbonização dos transportes que existem. As metas estão publicadas, e cabe a nós trabalharmos com afinco para superar, safra após safra, reduzindo ainda mais a pegada

de carbono dos nossos processos. Já temos no mercado mais de 50% dos créditos de descarbonização (CBios) necessários para o cumprimento da meta deste exercício de 2021.

Contamos com 237 unidades produtoras de etanol certificadas e outras treze que têm certificações com documentos em andamento – sem dúvida, uma adesão massiva e expressiva. Daqui para frente, vamos acompanhar com mais atenção o movimento das empresas para melhorar seus desempenhos ambientais e econômicos. Assistimos a investimentos expressivos nos canaviais, em variedades de cana, na automação e na diversificação do portfólio, com biogás e biometano.

TIVEMOS UM DESEMPENHO FAVORÁVEL DO RENOVABIO JÁ NO PRIMEIRO ANO?

MO: Esse retrospecto positivo que registramos no primeiro ano da aplicação desse programa é favorável. Foi um resultado bem-sucedido. Entramos em 2020 com aspectos essenciais pendentes para operacionalizarmos a política. Havia um desafio natural para ser superado, pois muitos produtores ainda buscavam cumprir os passos exigidos para a certificação do RenovaBio. A chegada da pandemia e as medidas de isolamento social não estavam nas nossas previsões.

Tivemos de montar um plano de revisão das metas e cumprir o cronograma do período de consulta pública. Esses passos demandam tempo. O mercado começou a funcionar de fato no segundo semestre. Ainda assim, a taxa expressiva de 97,6% da meta compulsória de redução nas emissões de gases do efeito estufa (GEE) fixada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) foi cumprida. Isso comprova a vontade dos agentes de tomarem medidas práticas para o combate ao aquecimento global.

> **"A CHEGADA DA PANDEMIA E AS MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL NÃO ESTAVAM NAS NOSSAS PREVISÕES."**

QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS PARA A SAFRA SUCROALCOOLEIRA 2020/21?

MO: Podemos pensar na possibilidade de um desempenho similar ao da safra 2019/20 em relação à tomada de decisão sobre o *mix* produtivo. Contamos com cerca de 46% da cana-de-açúcar sendo esmagada para fabricação de açúcar. O avanço da vacinação em massa para imunizar a população será determinante para a retomada da economia e para que tenhamos um cenário de demanda mais definido.

Na questão climática, também estamos acompanhando o impacto da falta de chuvas ocorrida durante o ano passado. Como esse quadro deve afetar o desenvolvimento da plantação em algumas regiões, a cana-de-açúcar a ser colhida mais para o fim da safra também precisará de chuva. Ou seja, a disponibilidade final de produtos dependerá de como os açúcares totais recuperáveis (ATR) vão se comportar.

A PANDEMIA FORÇA ADAPTAÇÕES PARA A CADEIA PRODUTIVA?

MO: Todas as unidades produtoras foram unânimes na adoção das medidas rígidas de assepsia e controle do surto de COVID, de acordo com a orientação de especialistas. As ações tomadas pelas empresas foram de diversas naturezas. Tivemos a disponibilização de álcool em gel e o reforço das práticas para higienização de ambientes compartilhados. Houve restrição da entrada de visitantes e cancelamento de viagens, reuniões e eventos. Mantivemos as regras de distanciamento para segurança constante dos colaboradores, com aferição de temperatura na entrada dos turnos e teletrabalho para funções que possibilitam a modalidade.

PODEMOS REALÇAR OS BENEFÍCIOS AMBIENTAIS DO ETANOL?

MO: Atualmente, entregamos à sociedade brasileira um dos biocombustíveis com menor pegada de carbono do mundo e que reduz em até 90% as emissões de CO_2 em comparação à gasolina. Poucos consumidores sabem que rodar com um carro *flex* abastecido com etanol é mais sustentável do que usar um carro elétrico na Europa, que tem uma matriz energética baseada em fontes fósseis.

O etanol de cana é reconhecido internacionalmente pela sua capacidade de reduzir emissões de GEE. Desde o lançamento do carro *flex* (em 2003) até hoje, o uso do biocombustível evitou a emissão de 515 milhões de toneladas de CO_2 na atmosfera – um volume da mesma ordem de grandeza que as emissões anuais somadas de Argentina, Venezuela, Chile, Colômbia, Uruguai e Paraguai.

TAMBÉM EXISTE O ASPECTO DA SAÚDE DA POPULAÇÃO?

MO: Sim. Devemos destacar que o etanol praticamente zera a emissão de material particulado fino (MP2,5). Esse poluente é altamente nocivo às pessoas. Como é capaz de penetrar nos pontos mais profundos do pulmão e

na corrente sanguínea, causa inflamações no organismo humano. O grau de poluição das regiões metropolitanas do mundo está muito acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – de 20 microgramas de partículas por metro cúbico de ar –, enquanto, em São Paulo, ele é de 19 microgramas.

Em fevereiro último, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) divulgou um estudo recente sobre a Região Metropolitana de São Paulo. O trabalho aponta que o uso de etanol anidro misturado em 27% de gasolina e de etanol hidratado é determinante para a preservação da vida de 371 pessoas ao ano, com um aumento associado na expectativa de vida em treze dias. Então, cabe o seguinte recado para o consumidor: quer fazer algo bom para o meio ambiente e a sua saúde? Abasteça com etanol.

COMO FICAM AS NEGOCIAÇÕES PARA A REPARTIÇÃO DOS CBIOS?

MO: Defendemos a repartição das receitas dos CBios com os produtores. O que não entendemos como correto é o pleito de alguns fornecedores de cana-de-açúcar de apropriação de 100% do valor. O RenovaBio está estruturado de outra forma. A lei diz que a emissão de CBios dá-se proporcionalmente ao "volume de biocombustível produzido, importado e comercializado", pois é a substituição do combustível fóssil que gera a efetiva descarbonização. Os produtores de cana não produzem etanol nem CBio; é a RenovaCalc que reconhece a parcela de cada etapa do ciclo de produção no processo de descarbonização. Portanto, reforçamos a importância do diálogo para trabalharmos em conjunto na busca de um consenso quanto à divisão racional.

"...REFORÇAMOS A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO PARA TRABALHARMOS EM CONJUNTO NA BUSCA DE UM CONSENSO QUANTO À DIVISÃO RACIONAL [DOS CBIOS]."

CABE UMA COALIZÃO GEOPOLÍTICA ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS?

MO: Devemos olhar com atenção o reforço da agenda de combate às mudanças climáticas dos Estados Unidos no governo nesse princípio de gestão do presidente Joe Biden. Isso representa uma oportunidade inteligente para o Brasil aproveitar e propor ações diplomáticas estratégicas. Somos uma potência ambiental e de biocombustível, este último também forte nos EUA, que lideram o *ranking* global de produção.

Assim, a efetivação de políticas de descarbonização, que vêm sendo postergadas, deve ganhar força neste ano. A maior mistura de etanol na gasolina norte-americana reforça o papel estratégico que o biocombustível tem na transição energética para mitigar as emissões de GEE. Essa posição, certamente, estimulará outros países a fazerem o mesmo e criará, no futuro, potenciais mercados de exportação para ambos os países.

O ETANOL APARECE COMO UMA FONTE DE HIDROGÊNIO PARA O CARRO ELÉTRICO?

MO: Especialistas no tema de bioenergia brincam que o etanol é um "cacho de hidrogênio", pois tem na sua molécula seis átomos de hidrogênio. Isso faz com que ele seja muito eficiente para mover veículos com célula a combustível, que retira o hidrogênio das moléculas para gerar eletricidade e abastecer uma bateria. O projeto está em estudo na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em parceria com a Nissan, e apresenta vantagens, como: o uso de baterias menores, eliminando custos de produção e o descarte de grandes baterias; a longa autonomia, evitando paradas demoradas de recarga; e o aproveitamento da infraestrutura de abastecimento existente. Esse é um caminho.

A mobilidade sustentável será múltipla, com a coexistência de diversas tecnologias de baixo carbono adequadas à realidade local, à disponibilidade de matérias-primas e fontes energéticas e ao padrão de uso e poder de compra do consumidor. O etanol continuará desempenhando um papel estratégico, mantendo baixa a pegada de carbono dos veículos *flex* que ainda circularão por muitos anos e movendo veículos eletrificados, como os híbridos *flex* e os com célula a combustível. ■

O ETANOL É UM 'CACHO DE HIDROGÊNIO' PARA GERAR ELETRICIDADE E ABASTECER UMA BATERIA.

FRASES & COMENTÁRIOS

"Precisamos de pelo menos R$ 250,0 bilhões em recursos para o Plano Safra 2021/2022, ante os R$ 236,3 bilhões disponibilizados para o Plano 2020/2021."

"Diante da maior produção na temporada e a alta dos insumos, os produtores demandarão mais capital para custeio, investimento e comercialização, em torno de R$ 900 bilhões."

LUIZ ROBERTO BAGGIO, coordenador do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e presidente da Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus, do Paraná

"Exemplo para outras cadeias produtivas, o Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP) trouxe segurança institucional e jurídica para ambos os lados [produtores e usinas]."

"Esse sistema deve ser valorizado na distribuição dos créditos de descarbonização (CBios), mecanismo previsto na Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio)."

TERESA CRISTINA VENDRAMINI, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

"Em relação à China, o Brasil deveria atrair mais investimentos do país para o processamento de produtos agropecuários e elevar o valor agregado dos produtos exportados."

"Em um momento que a renda cresce, a dieta chinesa sofistica e aumenta o seu consumo *per capita* ainda baixo de proteína à base de carne."

YANG WANMING, embaixador da China no Brasil



DIVULGAÇÃO

"**O Itamaraty precisa reconhecer a vocação de potência agroambiental do País. A China, principal comprador de alimentos, poderá consumir os nossos serviços ambientais.**"

CAIO PENIDO, presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) e presidente do Instituto Mato-Grossense da Carne (IMAC)



SHUTTERSTOCK

INFLAÇÃO E CÂMBIO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

UM DOS pontos que tem trazido preocupação na economia brasileira nos últimos meses diz respeito à inflação. De fato, as projeções para o ano têm subido sistematicamente ao longo dos últimos meses e já apontam para um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrando uma variação superior a 5,0% neste ano.

Em função disso, o Banco Central do Brasil (BCB) iniciou o processo de aperto da política monetária, elevando a meta da taxa básica de juros – Selic. Essa alta dos juros deve prosseguir nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), e a Selic deve fechar 2021 em 5,5% ao ano.

De fato, o BCB foi relativamente otimista ao cortar os juros para 2,0% a.a. no ano passado, vislumbrando um cenário de inflação recorrentemente baixa e desprezando os efeitos nos preços decorrentes da alta de preços internacionais de *commodities* e da taxa de câmbio. Em um primeiro instante, esses efeitos ficaram contidos por conta das medidas de isolamento social no segundo trimestre de 2020. À medida que a economia foi reabrindo a partir do terceiro trimestre do ano passado, os efeitos do câmbio e da alta dos preços internacionais das *commodities* na inflação se fizeram sentir mais duramente. Um reflexo disso pôde ser observado no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), da FGV, que registrou uma variação de 31,7% no ano passado. Esse índice é composto predominantemente por bens comercializáveis com o exterior, ou seja, sensíveis ao comportamento da taxa de câmbio e aos preços internacionais.

Sob essa perspectiva, a realidade dos fatos tem apontado para uma clara indicação de que a alta da inflação não tem conexão alguma com a retomada da atividade econômica e pressões de demanda ou de salários. Ao contrário disso, as novas medidas de isolamento social adotadas no começo deste ano voltaram a arrefecer a economia, eliminando pressões de preços por essa via. Adicionalmente, o desemprego continua elevado, o que elimina qualquer possibilidade de serem as pressões salariais sobre custos das empresas que venham, porventura, a exercer impactos sobre preços.

Desta forma, fica caracterizado que a alta da inflação é decorrente de pressões que vêm pelo canal da oferta. Nesse sentido, a alta de juros por parte do BCB visa conter, fundamentalmente, a deterioração do quadro inflacionário pelo lado das expectativas, uma vez que não há risco de aquecimento econômico que exerça pressão de preços.

Um ponto importante relativo a essa questão diz respeito à taxa de câmbio. A cotação do dólar tem atingido patamares superiores a R$ 5,50 em alguns momentos nos últimos meses. Essa é uma cotação relativamente incompatível dadas as condições das contas externas brasileiras. O saldo em transações correntes deverá ficar próximo a zero neste ano, e o nível das reservas internacionais do País é superior a US$ 340 bilhões. Uma análise em termos da taxa de câmbio real aponta que o dólar cotado a R$ 4,90 ainda deixa o Brasil competitivo. Desse ponto de vista, cabe indagar quais são as razões que levam a cotação da moeda norte-americana a permanecer tão acima desse patamar.

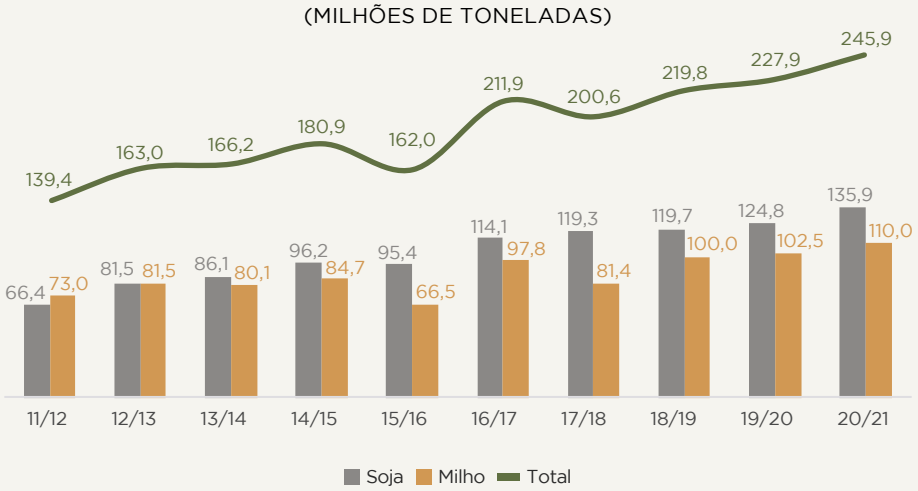
A raiz dessa questão remonta ao risco percebido pelos investidores por diversos fatores. Em primeiro lugar, há a questão do agravamento do quadro da pandemia conjugado à lentidão da vacinação no País, o que coloca incertezas quanto à velocidade da retomada da atividade econômica. Em segundo lugar, há a dimensão fiscal, uma vez que novos gastos estão sendo colocados no âmbito do Governo, o que dificultou a própria discussão do orçamento da União. As perspectivas quanto ao futuro da política fiscal também são incertas. Por fim, também existem dúvidas quanto ao quadro político, uma vez que a base de sustentação política do Governo não é tão sólida. Ao mesmo tempo, começam a se delinear incertezas quanto ao quadro eleitoral de 2022. A somatória desses elementos impõe dúvidas aos investidores, que enxergam esses elementos como fatores de risco e preferem permanecer fora do Brasil neste momento.

Essa análise sugere que a cotação do dólar deverá exibir volatilidade nos próximos meses, flutuando ao sabor dessas variáveis de risco. Esse comportamento deverá afetar a inflação em alguma medida. ■

VANTAGENS DO BINÔMIO SOJA-MILHO

A disponibilidade de terras e a adoção da tecnologia de ponta no Brasil aumentam a eficiência produtiva do campo. Esse quadro explica os sucessivos recordes na produção agrícola nos últimos anos, principalmente com a dobradinha soja-milho. No caso do milho, com duas colheitas no mesmo ciclo, a produção da segunda safra (de inverno) supera a da primeira safra (de verão).

BRASIL: PRODUÇÃO DE SOJA E MILHO
(MILHÕES DE TONELADAS)

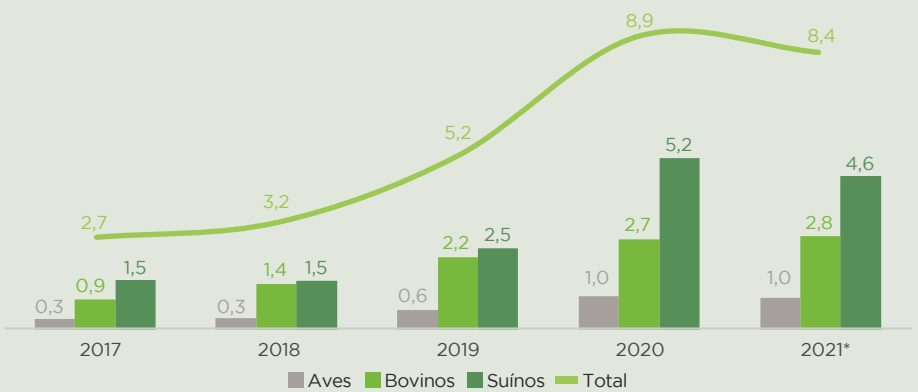


Fonte: Conab (abril de 2021)

JANELA DE OPORTUNIDADE PARA A PROTEÍNA ANIMAL

As importações de carnes para a China tiveram um crescimento substancial depois da disseminação de gripe suína no país asiático em agosto de 2018. Como uma parcela grande do plantel teve de ser sacrificada, a produção do país recuou de 55 milhões para 35 milhões de toneladas entre 2017 e 2020. Como resultado, o déficit na oferta interna de carne suína deverá persistir durante dois a quatro anos. Diante desse contexto, o Brasil conta com uma janela temporária de oportunidade para a venda de proteínas para aquele mercado. O recente surto de gripe aviária (H5N1) e a pandemia de COVID-19 também trazem problemas para o abastecimento alimentar interno dos chineses.

CHINA: IMPORTAÇÃO DE CARNES
(MILHÕES DE TONELADAS)



*Projeção
Fonte: USDA

MENOS ABATES E MAIS EXPORTAÇÃO DE BOVINOS

Os preços elevados na atividade de cria (bezerros) estimulam a retenção de fêmeas na bovinocultura, o que restringe ainda mais a oferta de animais para abate. Na última década (2011 a 2020), o número de abate em 2020 foi superior apenas ao de 2011. Ao mesmo tempo, nesse período, os embarques para o exterior saltaram de 1,1 milhão de toneladas de carne bovina *in natura* para a quantidade recorde de 2,0 milhões de toneladas. A combinação de menor abate e mais exportação dá sustentação aos preços dos bovinos prontos para entrega nos frigoríficos.

BRASIL: ABATE E EXPORTAÇÃO DE BOVINOS
(MILHÕES DE TONELADAS)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Abate	28,8	31,1	34,4	33,9	30,7	29,7	30,9	32,0	32,5	29,6
Exportação	1,1	1,2	1,5	1,5	1,4	1,4	1,5	1,6	1,8	2,0

Fonte: ABIEC; IBGE

POTENCIAL DA IRRIGAÇÃO NO BRASIL

O Brasil tem o potencial de expandir a área irrigada em mais 4,2 milhões de hectares até 2040. Isso representaria uma área irrigada correspondente a 22% da área agropecuária atual do Brasil. Alimentos típicos da dieta nacional, como arroz, feijão, legumes, frutas e verduras, são produzidos em grande medida por meio da irrigação. No caso do arroz e da horticultura, mais de 90% da produção já utiliza esse método.

BRASIL: ÁREA COM IRRIGAÇÃO EM 2019

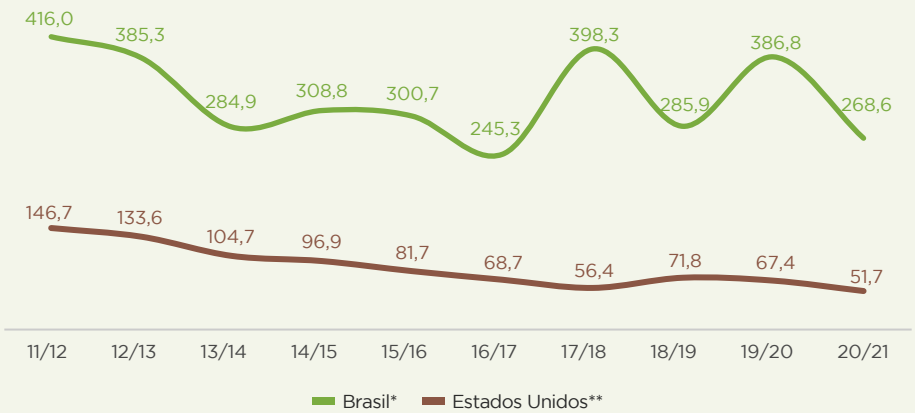
FONTE	Área (milhões de hectares)	Part. %
De mananciais	5,3	64,5
De reuso*	2,9	35,5
TOTAL	**8,2**	**100,0**

*Fertirrigação
Fonte: Atlas da Irrigação/ANA/MDR (2021)

FORTE QUEBRA NA PRODUÇÃO DE LARANJA

A produção de laranja no cinturão citrícola de São Paulo e Triângulo Mineiro da safra 2020/21 ficou 30,5% inferior à da temporada anterior. Esse resultado confirma a maior quebra de colheita já registrada desde o princípio da série histórica, em 1988. Um dos principais motivos dessa baixa foi o ciclo bienal da cultura. Nos Estados Unidos, o clima frio também diminuiu a produção.

BRASIL E ESTADOS UNIDOS: PRODUÇÃO DE LARANJA
(MILHÕES DE CAIXAS DE 40,7 QUILOS)



Fonte: *Fundecitrus; **USDA

AGROINDÚSTRIA AINDA EM EXPANSÃO, MAS CADA VEZ MENOR

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2]

Em fevereiro último, a agroindústria apresentou o oitavo mês consecutivo de crescimento da sua produção. No entanto, foi o terceiro mês consecutivo de desaceleração da produção. O destaque do mês foi a alta de 22,8% do setor de insumos agropecuários, o maior crescimento para o mês desde 2010.

MESMO COM as fortes turbulências causadas pela pandemia de COVID-19 no País, a agroindústria conseguiu fechar 2020 com uma leve queda (-1,2% a.a.) e em trajetória de recuperação. Isso só foi possível devido, sobretudo, às políticas de distribuição de renda adotadas ao longo do período, notadamente o auxílio financeiro emergencial.

Porém, com a paralisação momentânea do pagamento desses benefícios ao longo do primeiro trimestre deste ano e a manutenção do desaquecimento do mercado de trabalho, a produção agroindustrial perdeu fôlego no seu processo de recuperação, apesar de ainda registrar crescimento nos primeiros meses do ano. Em números: em fevereiro último, a produção da agroindústria expandiu 0,8% na comparação interanual (mês frente ao mesmo mês do ano anterior), representando a oitava alta consecutiva; no entanto, foi o crescimento menos intenso desde agosto de 2020 (+0,5%) e o terceiro mês sucessivo de desaceleração. Como reflexo, a produção agroindustrial terminou o primeiro bimestre do ano com um suave crescimento de 0,9% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Diante disso, nos próximos parágrafos, busca-se analisar, por meio do Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), divulgado mensalmente pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), o comportamento, nesse início de ano, dos segmentos que compõem a agroindústria, o qual resultou em um crescimento modesto para ela como um todo.

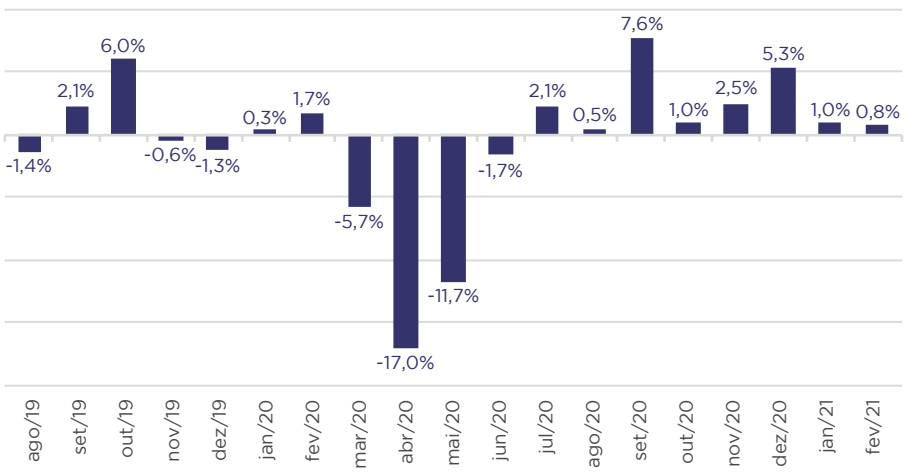
PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: SUSTENTAÇÃO DO LEVE CRESCIMENTO DA AGROINDÚSTRIA

Em fevereiro último, a alta da produção agroindustrial foi puxada, exclusivamente, pelo segmento de produtos não alimentícios, que cresceu 6,5% na relação interanual. Foi o melhor mês de fevereiro desde 2010, nessa base de comparação.

O bom desempenho desse segmento foi causado pela expansão quase generalizada entre os seus setores. A única exceção foi o de biocombustíveis, cuja produção registrou uma intensa queda, de 9,0%.

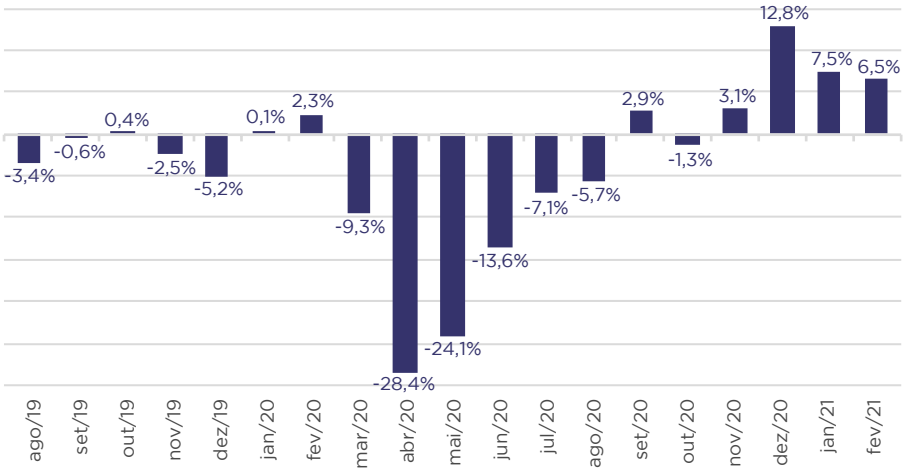
Porém, vale ressaltar que o setor de biocombustíveis tem apresentado quedas interanuais sucessivas e intensas desde maio de 2020, demonstrando a preferência do produtor pelo açúcar em detrimento do etanol. Além disso, é

PRODUÇÃO FÍSICA DA AGROINDÚSTRIA
(VARIAÇÃO INTERANUAL EM %)



Fonte: IBGE; elaboração: FGV Agro

PRODUÇÃO FÍSICA DO SEGMENTO DE PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS
(VARIAÇÃO INTERANUAL EM %)



Fonte: IBGE; elaboração: FGV Agro

importante salientar que, na comparação interanual, há uma base larga para esse setor, na medida em que a alta registrada em fevereiro de 2020 foi de 21,4%. Juntamente a isso, a queda da produção também foi estimulada pela contração da demanda ao longo da pandemia. Ou seja, o baixo desempenho do setor de biocombustíveis não foi uma característica específica dos primeiros meses deste ano.

Todos os demais setores pertencentes ao segmento de produtos não alimentícios registraram fortes expansões em fevereiro último. Merece destaque, ainda, a forte alta (+22,8%) do setor de insumos agropecuários – o maior crescimento para o mês desde 2010. Esse setor foi beneficiado pelo bom momento da produção de defensivos agrícolas e de tratores e máquinas, que apresentaram expansões de, respectivamente, 42,7% e 42,3%, um reflexo da capitalização do setor e das expectativas de uma produção robusta daquilo que ainda será plantado, apesar da elevação dos custos de produção do setor.

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: TRAJETÓRIA DE QUEDA

Por sua vez, a produção do segmento de produtos alimentícios e bebidas, ao contrário da do segmento de produtos não alimentícios, registrou uma forte contração no segundo mês deste ano (-4,6%), sendo esse o seu pior fevereiro desde 2012. Vale lembrar que esse segmento vem em trajetória de desaceleração desde outubro de 2020 na comparação interanual, entrando em campo negativo em dezembro de 2020 (-0,5%)

SHUTTERSTOCK



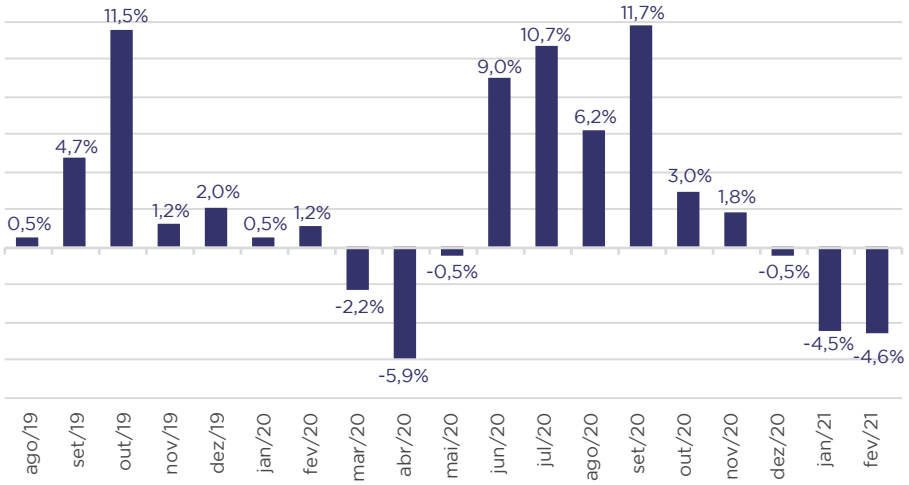
e aprofundando a queda em janeiro (-4,5%) e fevereiro (-4,6%) últimos.

As contrações apresentadas por esse segmento neste ano estão associadas à paralisação do auxílio financeiro emergencial, o qual vinha sustentando o consumo e que tinha sido um dos pilares para que os produtos alimentícios e bebidas conseguissem registrar crescimento em 2020 (3,3% a.a.). Além disso, é importante ressaltar que esse segmento também foi prejudicado pela inflação persistente dos últimos meses, uma vez que, em média, os preços de alimentos e bebidas no primeiro bimestre deste ano estavam 15% maiores do que os verificados no mesmo período de 2020.

Diante disso, a queda interanual do segmento de produtos alimentícios e bebidas em fevereiro último foi ocasionada por uma contração quase generalizada entre os setores que o compõem, sendo que o único que apresentou um leve crescimento foi o de bebidas alcoólicas (+0,3%). Todos os demais registraram fortes retrações. Entre os destaques negativos, estão os alimentos de origem vegetal (-9,6%), que foram afetados, principalmente, pelas quedas:



PRODUÇÃO FÍSICA DO SEGMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS
(VARIAÇÃO INTERANUAL EM %)



Fonte: IBGE; elaboração: FGV Agro

- do refino de açúcar (-26,1%), que conta com uma base larga de comparação, uma vez que, em fevereiro último, a produção aumentou em 41,2% frente ao mesmo mês de 2019;

- do arroz (-14,7%), produção impactada pela redução de área plantada na safra atual devido a, sobretudo, problemas climáticos e à concorrência com a soja e o milho, que atingiram cotações expressivas nos últimos meses; e

- dos óleos e das gorduras (-10,7%), produção afetada, possivelmente, pela colheita atrasada de soja, o que comprometeu toda a cadeia.

Assim, por meio dos números do PIMAgro, fica evidente que a leve expansão da agroindústria em fevereiro último foi reflexo do desempenho negativo do segmento de produtos alimentícios e bebidas, uma vez que o de produtos não alimentícios vem registrando sucessivas e intensas altas. Esse cenário de desaquecimento do setor foi ocasionado, sobretudo, pela paralisação do auxílio emergencial no início do ano e pelo mercado de trabalho ainda desaquecido, conforme citado anteriormente.

Com a volta dos pagamentos do auxílio financeiro emergencial a partir de abril último, espera-se que o segmento de produtos alimentícios e bebidas entre novamente em uma trajetória de recuperação. Contudo, possivelmente, isso terá uma intensidade limitada, uma vez que, agora, o valor do benefício é menor e uma quantidade reduzida de pessoas deverá ter acesso a ele comparativamente ao de 2020. Junto a isso, em março e abril últimos, uma nova onda (ainda mais forte) de COVID-19 atingiu o País, gerando novas medidas de restrição de circulação e funcionamento das atividades econômicas, trazendo, consequentemente, novas turbulências ao setor e à economia como um todo. ■

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

O VALOR DO PRODUTOR DE CANA NO RENOVABIO

DENIS ARROYO ALVES*

Junto da criação do RenovaBio, foi instituído o crédito de descarbonização (CBio), título que representa uma determinada quantidade de carbono cuja emissão foi evitada no processo de produção de etanol. Em 2020, as vendas de CBios movimentaram R$ 650 milhões. Defende-se que esses créditos gerados com a venda de CBios remunerem os produtores que fornecem a cana-de-açúcar para as usinas e que, na região Centro-Sul, são responsáveis por um terço da cana processada.

O RENOVABIO é uma política do Estado criada com o objetivo de promover a expansão, a valorização da produção e o uso de biocombustíveis para contribuir com a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE). Além disso, visa promover a segurança energética, melhorar a qualidade de ar em grandes cidades, incentivar tecnologias e inovações no campo e aumentar a geração de empregos e renda.

Um dos instrumentos dessa política é o CBio, que equivale a 1 tonelada de carbono de emissão evitada e é emitido por produtores de biocombustíveis voluntariamente certificados, com base na nota de eficiência energético-ambiental e no volume de biocombustíveis comercializado no País.

No Centro-Sul, os produtores de cana-de-açúcar fornecem um terço de toda a cana processada nas indústrias, o que representa 200 milhões de toneladas de cana por safra. No ano passado, as vendas de CBios movimentaram R$ 650 milhões.

Esse programa tem sido amplamente divulgado e valorizado por toda a sociedade. Porém, dentro da cadeia produtiva sucroenergética, enfrentamos, hoje, uma disputa para levar esse pagamento até o produtor. Afinal, não pode haver um programa de biocombustíveis em que o "bio" (cana-de-açúcar) fique fora da remuneração ou, em outras palavras, não se pode valorizar um programa de energia renovável sem que a parte que se renova no campo tenha o seu justo pagamento.

O Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP), composto da Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (ORPLANA) e da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), definiu, em março de 2019, que, independentemente da lei que seria aprovada sobre o RenovaBio, os produtores receberiam por sua contribuição. A participação sobre os CBios gerados pela cana seria posteriormente discutida com base em trabalhos técnicos que levassem ao entendimento entre as partes.

Nesse período, a ORPLANA contratou o Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (PECEGE/Esalq/USP) para avaliar a sua justa participação no programa e entendeu que, deduzindo-se impostos e custos de certificação, os produtores têm direito a 100% dos créditos gerados sobre a cana por eles cultivada. As unidades industriais, conforme apresentado no trabalho, já têm um benefício direto somente com a entrada dos produtores no programa.

A UNICA não aceitou essa proposta e colocou que as suas unidades irão pagar 60% do CBio gerado na cana para o produtor primário (que demanda uma certificação diferenciada para comprovar uma melhor eficiência energética) e 50% para o produtor padrão. Ou seja, as unidades industriais ficarão com 40% a 50% do CBio.

A ORPLANA não aceitou a proposta, pois não foi apresentado, conforme definido no próprio CONSECANA-SP, nenhum trabalho técnico que embase esses números. E, assim, chegamos a um impasse que perdura até o momento – ruim para todos.

Em outras frentes, a ORPLANA tem buscado demonstrar ao Ministério de Minas e Energia (MME), juntamente a outras instituições que representam produtores de biomassa, que o pagamento ao produtor agrícola precisa ocorrer e de maneira justa. Apresentamos os nossos trabalhos e argumentos e, agora, esperamos que os avaliem tecnicamente e auxiliem na obtenção de uma melhor solução para todos.

Além disso, tramita na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (PL) que trata de uma correção importante

do RenovaBio, demandando que os produtores de biomassa também participem dos resultados econômicos do programa. É preciso agregar valor à biomassa produzida no nosso País. Com certeza, esse programa será um primeiro e importante passo na valorização da descarbonização que a cana-de-açúcar realiza a campo. Temos tratado do tema carbono com diversas empresas e entidades não somente do agronegócio. Há um interesse crescente sobre o assunto e como valorizá-lo em prol da sociedade como um todo.

Afinal, o Brasil é uma potência agroclimática, e o reconhecimento e a valorização da contribuição agrícola para o sequestro de carbono levarão a saltos ainda maiores nesse caminho, via: investimentos por parte dos agricultores em novas tecnologias; ferramentas de mensuração para controle dessa descarbonização; e boas práticas de cultivo, como a rotação de culturas, o uso racional de recursos e o crescente mercado de bioprodutos.

Recentemente, a ORPLANA participou de um estudo mundial realizado pela Bonsucro e pela Solidaridad sobre os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) no contexto da produção de cana-de-açúcar no País. O objetivo era entender o conceito de PSA mundialmente, identificar como este poderia ser implantado no Brasil por meio de um debate entre diversos *players* no mundo e mapear possibilidades de ganhos reais aos produtores.

Um dos pontos que mais nos motivou nesse trabalho foi identificar de maneira robusta, nas entrevistas junto aos *players*, que os produtores de cana são reconhecidos como essencialmente provedores de diversos serviços ambientais e devem ser elegíveis a esses programas.

Portanto, ocorrendo a justa remuneração paga pelas unidades industriais aos CBios gerados pelos produtores, teremos um moderno modelo de economia colaborativa alicerçada em sustentabilidade na cadeia sucroenergética – um espetáculo a ser apresentado mundialmente.

Mas, infelizmente, na questão do RenovaBio, estamos em um ponto de desequilíbrio entre as relações. Não há no campo, hoje, a confiança de que existe uma real ideia de parceria ou mesmo um sentimento de *fair trade*. Talvez, o enfoque precise ser outro: pensar menos em quanto custa e mais em quanto vale verdadeiramente essa relação produtor/usina. Quanto vale o produtor de cana no RenovaBio?

É evidente que sempre houve divergências entre produtores e grupos industriais, mas sempre com foco no bem comum e na longevidade da cadeia. Precisamos voltar a construir mais pontes e menos muros. O momento é agora. ■

* Diretor executivo da ORPLANA

SHUTTERSTOCK



EQUILÍBRIO COM OS CBIOS

ROBERTO RODRIGUES*

O crédito de descarbonização (CBio) é um título que remunera a redução das emissões de CO_2. Quanto mais eficiente for o produtor rural ou industrial, mais CBios poderão ser emitidos, e comercializados. Assim, a divisão dessa receita entre produtor e indústria deve ser justa, definida a partir de uma base técnica.

O SETOR sucroenergético tem um desequilíbrio intrínseco porque a venda de cana-de-açúcar para uma usina só é econômica até uma determinada distância entre ela e o agricultor. Em outras palavras, não existe mercado para cana; o produtor rural chamado de "fornecedor de cana" é "privativo" da usina dentro da distância possível, hoje entre 40 e 45 quilômetros.

Quando escreveu o Estatuto da Lavoura Canavieira, Barbosa Lima Sobrinho, conhecedor desse fato, colocou na lei algumas proteções aos fornecedores: toda usina era obrigada a receber até 50% de canas deles; e cada produtor rural (e também a usina) tinha uma quota de produção estabelecida pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), que também determinava o preço da tonelada de cana. Mas a cana era paga por tonelagem produzida. Não havia vantagem em maior qualidade, maior riqueza em açúcar.

Foi, então, que surgiu o pagamento de cana pelo teor de sacarose, muito mais justo e balanceado. Depois que o sistema foi criado, os benefícios para a cadeia produtiva foram evidentes: canas mais ricas em sacarose produziam mais açúcar por tonelada de matéria-prima, e, assim, tanto o agricultor quanto o usineiro ganhavam.

Em 1990, o presidente Collor extinguiu o IAA e acabou a tal proteção "barbosiana". Mas usineiros e produtores reuniram-se e criaram o Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo (CONSECANA-SP), um inteligente mecanismo privado que estabelecia o preço da cana com base no preço de venda do açúcar ou do etanol produzido. Foi uma decisão modernizadora: acabou a intervenção do Governo.

De lá para cá, as tecnologias evoluíram, as usinas passaram a produzir eletricidade e outros subprodutos com a cana fornecida pelos produtores. O CONSECANA-SP ficou desatualizado, mas o setor industrial não tem mostrado disposição para revigorar o bom instrumento.

Agora, surgiu uma oportunidade para rever todo o processo produtivo, com uma vantagem para toda a sociedade: com o RenovaBio – lei que normatiza a questão da descarbonização da cadeia produtiva inteira –, foi criado o CBio, um título que permite "remunerar" os produtores pela redução das emissões de CO_2 equivalente. Cada unidade de CBio comercializada no mercado equivale à redução de 1 tonelada de CO_2 emitida.

Portanto, quanto mais eficiente for o produtor rural ou industrial, mais CBios ele consegue emitir, melhorando a sua renda. E é perfeitamente possível calcular as emissões de cada fornecedor de cana, por meio da RenovaCalc – ferramenta para comprovação do desempenho ambiental de usinas de biocombustíveis –, uma fórmula oficial que vai dizer, com base na produtividade e no consumo de diesel e outros insumos, o que foi reduzido de fato. Para isso, cada fornecedor tem de comprovar o que usou, a partir do que o sistema aponta com clareza a sua performance descarbonizante. Os mais eficientes ganharão mais, estimulando uma maior descarbonização de toda a cadeia produtiva, e o benefício será da sociedade em geral.

É evidente que isso tem custos para a usina, que seriam descontados de cada produtor, e a justiça seria feita. Mas a indústria prefere estabelecer um valor médio, arbitrado por ela, sem base técnica, o que seria injusto e desequilibraria ainda mais a relação.

Confia-se na inteligência dos atores do processo para se chegar a uma solução adequada e lastreada na ciência e no bom senso. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

ETANOL DE MILHO SUPERA O DE CANA EM MATO GROSSO

RICARDO PEREIRA DA SILVA[1], TAINÁ HEINZMANN TIBALDI FRANÇA[2], DANIEL LATORRACA FERREIRA[3]

Mesmo com as altas no custo do milho e as quedas no preço do etanol durante a pandemia, as usinas de etanol de milho conseguiram preservar, ao menos em parte, seu poder de compra, pois repassaram as altas do preço do cereal para o DDG, vendido por elas às cadeias pecuárias. Além disso, a perspectiva de consumo de DDG pelas cadeias pecuárias é promissora, devido à melhora nos preços do boi gordo e do suíno vivo em Mato Grosso.

O ESTADO de Mato Grosso foi pioneiro na produção de etanol de milho no Brasil em 2012, quando a sua primeira usina *flex* começou a operar, em Campos de Júlio, na região oeste do estado.

A produção de etanol à base de milho tem sido um grande destaque do agronegócio mato-grossense, visto que a produção estadual representa 80,9% da produção brasileira do biocombustível, segundo uma estimativa do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) para a safra 2020/21. Além disso, o beneficiamento do cereal agrega valor à *commodity,* já que, além do etanol, o milho também dá origem a DDG (sigla em inglês para grãos secos de destilaria), WDG (sigla em inglês para grãos úmidos de destilaria) e óleo de milho, bem como é possível cogerar energia elétrica nas usinas que processam o grão.

No tocante ao etanol, o IMEA estima que a produção à base de milho alcance 2,14 milhões de metros cúbicos na safra 2020/21 em Mato Grosso – um aumento de 76,5% ante a temporada anterior e uma representatividade de 65,0% na produção de etanol total (milho + cana-de-açúcar). Além disso, será a primeira vez que o volume produzido de etanol de milho será superior ao do de cana-de-açúcar no estado.

A taxa de crescimento anual da produção de etanol de milho mato-grossense entre as safras 2013/14 e 2020/21 foi de 87,7%. Os fatores que incentivaram esse cenário foram a abundância de milho no estado e o programa RenovaBio, que incentiva a produção e a participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte no País.

PREÇO DO MILHO *VERSUS* RESULTADO DAS USINAS

Até meados de setembro de 2019, o preço do milho foi um fator de incentivo para o beneficiamento do cereal no estado. Após esse período, o cereal começou a se valorizar substancialmente.

No tocante à demanda interna, as compras de milho pelas usinas de etanol na safra 2020/21 estão estimadas em 7,5 milhões de toneladas – volume que representa uma participação de 20,6% sobre a produção estadual e um aumento expressivo de 33,7% ante as aquisições da temporada 2019/20. Com isso, as usinas seriam o segundo maior destino do cereal mato-grossense.

Nota-se que, nos últimos cinco anos, as compras de matéria-prima (milho em grão) pelas indústrias mato-grossenses cresceram 431,8%, e, esse movimento tem ocorrido sobre o cereal que antes era destinado para outros estados.

Com relação ao cenário externo, a desvalorização do real perante o dólar, bem como os menores estoques do cereal em

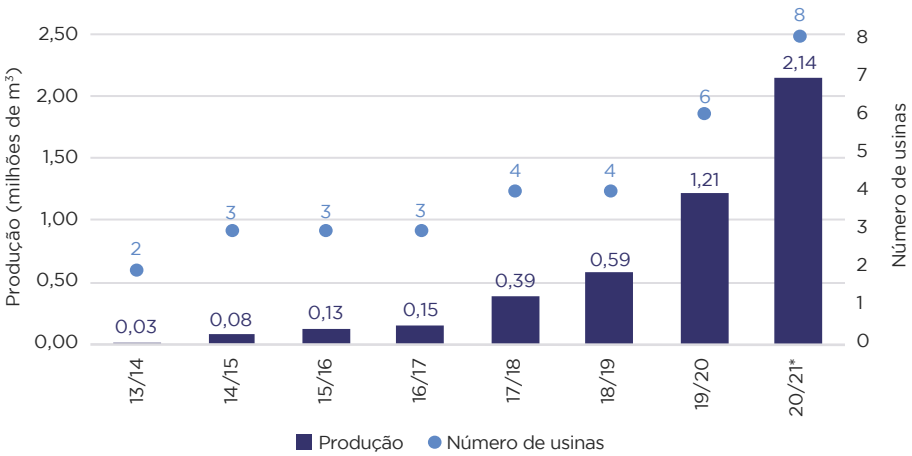


SHUTTERSTOCK

países como Estados Unidos, Argentina e México, valorizou o produto no mercado internacional, o que se refletiu no cenário brasileiro. Diante disso, a conjuntura altista elevou o custo das usinas de etanol e, para agravar esse cenário, ocorreu a pandemia do novo coronavírus, que pressionou as cotações do biocombustível entre março e maio de 2020.

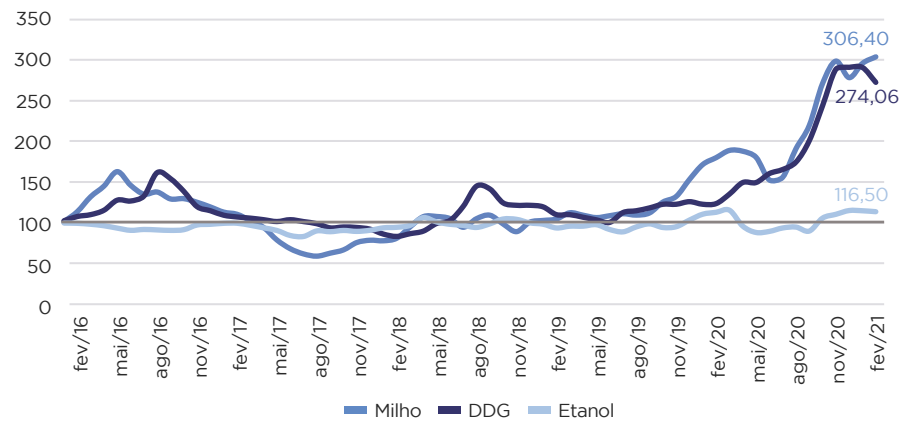
Esse cenário gerou dúvidas no mercado quanto à manutenção da viabilidade das usinas de etanol de milho, considerando que a venda do biocombustível é a maior fonte de receita delas. Por outro lado, é válido lembrar que as indústrias de etanol de milho também produzem o DDG, que se tornou um grande vetor para a manutenção da viabilidade econômica destas em 2020. Isso porque há uma forte correlação entre os preços do milho e os do DDG, enquanto a correlação entre os preços do etanol e os do milho é fraca. Ou seja, mesmo com os aumentos no preço do cereal, as cotações do DDG seguiram a mesma tendência que a matéria-prima, o que contribuiu para proteger o poder de compra das usinas de etanol de milho.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ETANOL DE MILHO E QUANTIDADE DE USINAS OPERANDO EM MATO GROSSO



*Estimativa de janeiro de 2021[3]
Fonte: SAPCANA/IMEA

MATO GROSSO: VARIAÇÃO DOS PREÇOS DO MILHO, DO ETANOL E DO DDG
(NÚMERO ÍNDICE; BASE 100 = JANEIRO DE 2016)



Nota: para o milho e o DDG, os preços são os do mercado disponível e, para o etanol hidratado, são os da revenda
Fonte: ANP/IMEA; elaboração: IMEA

A perspectiva é de que a demanda pelo DDG para a suplementação animal continue crescendo, mesmo com a valorização do coproduto das usinas, em razão de o mercado de proteína animal também ter registrado reajustes expressivos nas suas cotações entre 2019 e 2020.

Esse movimento esteve atrelado à melhora na demanda interna, em virtude do auxílio emergencial (que elevou o consumo das famílias) e do aumento das exportações brasileiras e mato-grossenses. Pontualmente, as cotações no mercado suinícola passaram a recuar no final de 2020, devido à retração na demanda doméstica mediante os elevados níveis de preços. Mesmo assim, o preço do quilo do suíno em fevereiro último foi 24,6% superior ao de fevereiro de 2020 em termos reais.

Sendo assim, o panorama de melhores preços nas cadeias pecuárias no estado contribuiu para mitigar o estreitamento nas margens dos pecuaristas de corte e dos suinocultores, ocasionado pela alta do DDG. Ademais, o DDG continua mais competitivo do que o farelo de soja, o que incentiva a utilização do primeiro na dieta animal.

O cenário apresentado indica que a industrialização do cereal e a produção de etanol de milho tendem a continuar crescendo, contrariamente ao quadro de temor gerado pela pandemia. Além disso, o DDG passou a ter uma grande importância nos resultados econômicos das indústrias, sendo a receita dele tão importante quanto a do etanol na atual conjuntura de custos das usinas de etanol de milho. ■

1 Economista formado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e analista de Agroindústrias do IMEA

2 Economista, MBA em Agronegócio e Gestão de Projetos pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e gestora de Desenvolvimento Regional do IMEA

3 Economista, MBA em Agronegócio pela Esalq/USP e superintendente do IMEA

TRIBUTAÇÃO NO CAMPO

ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA*

Como se deve empreender no campo: por meio da pessoa física do produtor rural ou de uma pessoa jurídica? Quando e como o gestor pode aplicar uma dessas formas de apuração dos impostos às atividades agropecuárias? Essas questões decorrem do evento realizado em abril último pelo Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) denominado "Informação para Decisão". Este artigo tenta responder de forma direta e objetiva a essas questões, que, no fundo, dizem respeito a todos aqueles que estão no dia a dia do campo.

NO CAMPO, na fase da cadeia produtiva do agronegócio que usualmente denominamos como "dentro da porteira", o produtor rural pode empreender por meio do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou de uma empresa agropecuária detentora de inscrição regular no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e que tenha sido criada para tal finalidade.

Escolher o melhor formato, se por CPF ou CNPJ, para praticar a atividade agropecuária representa uma vantagem significativa para o melhor planejamento da atividade agropecuária, em comparação a outras atividades econômicas. Aliás, temos que "planejamento" é uma palavra-chave quando estamos tratando de gestão no agronegócio, com tantos riscos e imprevistos já inerentes à própria produção agrícola e pecuária em si (riscos físicos, de produção, de preços, logísticos, climáticos etc.).

Apesar de representar uma maior "flexibilidade" em relação a outros setores, a possibilidade de empreender por meio de CPF ou CNPJ pode, também, trazer algumas dúvidas para o gestor no agronegócio em relação a

SHUTTERSTOCK



"qual" a formatação ideal a ser adotada e, ainda, sobre "quando" e "como" utilizar e/ou aplicar uma dessas formas de empreender no campo ao seu próprio empreendimento.

Para facilitar o entendimento, a tabela apresenta os impactos fiscais (custos e formas de apuração/recolhimento dos tributos) relativos às duas opções (CPF e CNPJ) de melhor formato para a produção agropecuária e, portanto, para a facilitação na tomada de decisão pelo gestor.

Assim, em primeiro plano, podemos afirmar que, potencialmente, a menor carga fiscal incidente sobre a produção agropecuária é de 5,5% (20,0% x 27,5%) – considerando uma margem de lucro do produtor superior à margem contábil/fiscal real da sua operação maior do que 20% –, que incide nas operações realizadas no regime de pessoa física (CPF), denominado como "PF Simplificado (Vendas)".

Além disso, tal regime implica uma simplicidade de apuração que, ao mesmo tempo, apresenta ao gestor de um negócio no setor agropecuário a possibilidade de minimização de custos transacionais, notadamente custos de conformidade, contabilidade, gestão e sistemas. Além disso, há uma desejável simplificação na apuração de tributos incidentes nas suas atividades, já que a apuração da base tributável pelo CPF do produtor rural pessoa física dá-se por meio de um cálculo aritmético simples, com a aplicação do percentual de 5,5% incidente sobre as receitas de vendas de produtos agropecuários.

Com base nesse raciocínio, mesmo que o produtor rural pessoa física venha a auferir uma margem real de lucro nos seus negócios inferior a 20%, o que poderia ensejar a opção pelo regime denominado "PF Contábil (Livro-Caixa)", ainda seria mais benéfico escolher tributar a sua renda na pessoa física, mantendo a flexibilidade e a facilidade na gestão tributária do negócio, com redução de custos operacionais decorrentes da apuração de impostos. Isso porque a sua contabilidade seria a mesma, feita no livro-caixa da atividade rural, cuja apuração do resultado da atividade é realizada em regime de caixa (menos burocrático do que o regime das empresas) e a partir de um cálculo aritmético muito simples: receitas - despesas - investimentos = lucro real da atividade rural da pessoa física x 27,5% = Imposto de Renda (IR) a pagar.

É importante salientar, ainda, que a opção do produtor rural pessoa física pelo regime PF Simplificado (Vendas) ou pelo regime PF Contábil (Livro-Caixa) pode ser feita após o encerramento do ano fiscal, que coincide

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:
AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

TRIBUTAÇÃO DE PESSOA FÍSICA X PESSOA JURÍDICA

	Alíquotas/outros rendimentos					Alíquotas/agropecuária				
TIPO/TRIBUTO	IR	CSLL	PIS	COFINS	TOTAL	IR	CSLL	PIS	COFINS	TOTAL
PF Simplificado (Vendas)	–	–	–	–	**–**	5,50%	–	–	–	**5,50%**
PF Contábil (Livro-Caixa)	27,50%	–	–	–	**27,50%**	27,50%	–	–	–	**27,50%**
PJ Contábil (Lucro Real)	25,00%	9,00%	1,65%	7,60%	**43,25%**	25,00%	9,00%	1,65%	7,60%	**43,25%**
PJ Presumido (Vendas)	8,00%	2,88%	0,65%	3,00%	**14,53%**	2,00%	1,08%	0,65%	3,00%	**6,73%**

Notas:
a) Carga fiscal considerando apenas o IR, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), incidindo na atividade rural contribuições previdenciárias de 2,05% (PJ) e 1,50% (PF), além do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GIIL-RAT) e contribuições a terceiros sobre a folha de pagamento se houver empregados que não estejam na equação para facilitar a compreensão do leitor
b) Base presumida de 32% sobre as receitas de vendas (e alíquota de 25% IR + 9% CSLL)
c) Base presumida de 8% sobre as receitas de vendas para IR e 12% para CSLL
d) Base de cálculo de 20% sobre a receita bruta de vendas da produção rural do produtor
e) A parte marcada em azul na tabela refere-se aos regimes de tributação das rendas auferidas pelas pessoas físicas considerando-se a alíquota máxima de 27,5% da renda com base na tabela progressiva prevista em lei
f) A parte marcada em verde na tabela, por sua vez, refere-se aos regimes de apuração das pessoas jurídicas

com o do ano calendário, até a entrega da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), que, usualmente, vai até o último dia útil do mês de abril do ano subsequente ao que se refere a apuração dos impostos.

Tal possibilidade, a rigor, implica uma vantagem considerável em relação às pessoas jurídicas (CNPJ), já que, apesar de ambas terem de escolher o regime em algum momento e manter a opção pelo regime (real/contábil ou presumido/receita de vendas) pelo ano inteiro a que se refere a apuração, a escolha dá-se, no caso da pessoa física, com os números já conhecidos e definitivos e o próprio ano contábil encerrado. Por outro lado, no caso da empresa agropecuária, tal opção dá-se no início do período de apuração (ano calendário = ano fiscal), o que implica o risco adicional de a previsão em torno da margem não se concretizar por decorrência dos riscos de negócio e, mesmo assim, a empresa ter de desembolsar o pagamento de muitos tributos que não seriam devidos se a opção pudesse ser feita já com a situação contábil e fiscal definida.

Assim, chegamos à segunda afirmação a partir das premissas traçadas na tabela: potencialmente, a "pejotização" ou "pejotação" do produtor rural pessoa física (termo que utilizamos para designar a opção de um determinado produtor rural empreender no campo por meio de um CNPJ) somente deverá ocorrer em uma hipótese em que ele necessite, por qualquer razão – como obtenção de financiamento, processo sucessório, entrada de novos sócios no negócio etc. –, de uma maior formalização das atividades e dos controles internos, que é obtida a partir de mecanismos de governança previstos na legislação para a aplicação em relação às pessoas jurídicas.

Além disso, apesar de não incidirem contribuições sociais sobre as receitas de exportação de produtos agropecuários realizadas por empresas ou pessoas físicas, alguma formalização do produtor rural pessoa física pode advir dessa condição de "exportador", como no caso de: produtores rurais de maior porte; e/ou que negociem sua produção para o mercado externo por meio de plataformas próprias; e/ou por meio de empresas; e/ou por meio de cooperativas que acessem o mercado internacional.

Assim, em uma análise simples da tabela, podemos tirar muitas conclusões práticas em torno da tributação do produtor rural e de "quais" poderiam ser as suas escolhas a depender de cada caso e situação concreta dos seus negócios, além de determinar "como" e, muitas vezes, até "quando" pode ou deve o produtor e/ou gestor de negócios no campo fazê-lo, além de "por quais" razões tal definição precisa ser estudada e/ou aplicada. Notadamente, isso se dá quase sempre quando se cotejam os custos transacionais *vis-à-vis* a necessidade de implementação de mecanismos mais robustos para a gestão e a governança do negócio.

Essa história não acaba aqui. Em um próximo artigo, trataremos de algumas questões contábeis que melhoram ainda mais as vantagens da pessoa física. E, trataremos, também, de outras questões sob o ponto de vista de algumas alternativas que usualmente denominamos por "híbridas", de modo que o produtor sempre busque a maximização dos seus negócios no campo ao acessar informações úteis e de qualidade para a tomada das suas decisões. Bons negócios! ■

Agradecemos em especial ao colega do Passos e Sticca Advogados Associados (PSAA) Dr. Vinicius Rozenfeld, por ter ajudado na elaboração da tabela utilizada nas análises deste artigo.

* Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio-fundador do PSAA

SHUTTERSTOCK



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS PROCESSADORAS DE CACAU

SAFRA MENOR REDUZ OFERTA DE CACAU PARA A INDÚSTRIA

Estimativas apontam que a safra 2020/21 deve chegar a 152 mil toneladas, enquanto a capacidade de processamento do parque fabril brasileiro é de 275 mil toneladas.

A principal safra brasileira de cacau de 2020/21 – encerrada em abril, mas com os dados finais sujeitos a mudanças – em torno de 152 mil toneladas deve registrar uma queda de 17,3% em relação à temporada anterior, segundo estimativas da Thomas Hartmann Consultoria. Essa retração fez com que, no primeiro trimestre deste ano, as indústrias processadoras de cacau registrassem uma queda de 53% no recebimento de amêndoas de cacau, passando de 27.788 toneladas para 13.161 toneladas.

Na verdade, as indústrias estão importando apenas as quantidades de cacau necessárias para complementar a produção doméstica no abastecimento de seu parque fabril. Esse ritmo vem desde o ano passado. Com larga experiência no setor, o consultor Thomas Hartmann alerta "sobre as importações precisarem ser programadas com meses de antecedência. A definição das quantidades encomendadas baseia-se nas previsões da produção nacional, sendo, algumas vezes, maiores ou menores com relação à realidade".

No entendimento do consultor, a alta das cotações do cacau no mercado interno fez com que a maioria dos produtores encerrasse a temporada 2020/21 com preços rentáveis. No entanto, a redução no tamanho da safra acabou por neutralizar uma grande parte dos efeitos benéficos da alta do mercado.

Nesse contexto, a indústria precisou manter em equilíbrio os fluxos de recebimento das importações. Os cacauicultores nacionais entregaram para as indústrias associadas à Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC) um total de 174.283 toneladas de cacau no ano passado. Houve uma queda pequena de 2,6% em relação a 2019. Já a importação de amêndoas caiu 32,7%, de 56.056 para 37.723 toneladas, entre 2019 e 2020.

"Diante da estabilidade do recebimento de amêndoas, a importação de amêndoas de cacau teve de ser reduzida com o decréscimo na demanda. Cargas previstas para chegarem entre maio e outubro foram suspensas", explica Anna Paula Losi, diretora executiva da AIPC.

"Quando olhamos esse primeiro trimestre, em termos de recebimento de amêndoas de cacau nacional, assistimos a um resultado muito abaixo daquele do mesmo período do ano passado. Já com relação à moagem das matérias-primas, o patamar manteve-se relativamente estável, com uma pequena variação, de 56.985 toneladas para 56.273 toneladas", analisa Losi.

BALANÇO DO PRIMEIRO TRIMESTRE

Para sustentar a viabilidade das operações industriais e atender a demanda dos clientes dentro e fora do País, as indústrias processadoras tiveram de buscar em outros mercados o volume adicional de amêndoas. A capacidade nacional de moagem anual, de 275 mil toneladas, supera a produção interna.

Assim, nesse primeiro trimestre, as processadoras importaram da África 22.500 toneladas de amêndoas, ante 23.023 apuradas em 2020. Em face da queda registrada na safra 2020/21, outras 16.500 toneladas de amêndoas tiveram de ser importadas em abril. Isso totalizou 39.000 toneladas no primeiro quadrimestre deste ano.

Essas importações são significativas para as indústrias permanecerem com seus parques fabris em operação. Isso complementa os volumes necessários para suportar as demandas dos clientes internacionais. "Hoje, o Brasil representa um importante *hub* para despachar derivados a mercados relevantes na América Latina, nos Estados Unidos e em alguns países da Europa", afirma Losi.

DESAFIO DO EFEITO COVID

Além da produção de cacau encerrar-se com um volume menor quando em comparação ao da temporada anterior, a indústria ainda teve de enfrentar o desafio do SARS-CoV-2 em 2020. A pandemia desse vírus causou o fechamento repentino da rede de lojas e *shoppings*. A adoção do isolamento social afetou fortemente as economias brasileira e mundial, com retração no consumo.

Embora o primeiro trimestre de 2020 tenha transcorrido com bons volumes de recebimento de amêndoas, os efeitos da pandemia decretada em março impactaram o desempenho do setor no restante do ano. Com isso, as indústrias processadoras registraram uma queda de 2,36% na moagem: 214.657 toneladas contra 219.853 toneladas em 2019.

Os reflexos negativos para a indústria moageira com relação à quarentena – que antecedeu a Páscoa – vieram entre abril e junho do ano passado. A partir de julho, houve uma recuperação com a flexibilização da mobilidade social na maioria dos estados. "Isso trouxe um aumento no consumo de produtos como achocolatados e biscoitos, em razão do fortalecimento da alimentação em casa. Se olharmos para o copo meio cheio, foi um ano positivo, porque poderia ter sido muito pior", diz a executiva.

BRASIL: PROCESSAMENTO, RECEBIMENTO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AMÊNDOAS E DERIVADOS

(TONELADAS)

ANO	Amêndoas				Derivados
	Processamento	Recebimento	Importação	Exportação	Exportação
2011	229.129	176.580	32.516	724	59.395
2012	235.760	228.811	54.886	483	52.891
2013	230.177	194.276	17.003	338	47.555
2014	224.445	218.472	38.042	501	50.278
2015	219.332	229.201	11.021	683	57.975
2016	216.504	152.350	57.507	389	60.588
2017	218.383	162.130	61.005	754	59.901
2018	220.257	197.542	62.429	616	49.432
2019	219.853	178.829	56.110	491	50.408
2020	214.657	174.283	35.723	633	49.916

Fonte: AIPC

DESEMPENHO DA PÁSCOA DE 2021

Mesmo com as novas medidas de restrição quanto a circulação e aglomeração espalhadas em todo o Brasil por conta do agravamento da pandemia, a indústria processadora registrou bons números na Páscoa deste ano. Segundo Losi, "os pedidos da indústria chocolateira são feitos com antecedência e costumam acontecer entre novembro e janeiro".

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (ABICAB), Ubiracy Fonsêca, "a Páscoa de 2021 teve um desempenho muito melhor em comparação à de 2020, pois a quarentena ocorreu justamente quando o comércio apresentava os ovos de chocolate nas gôndolas".

A indústria preparou-se melhor para a divulgação de produtos em canais digitais de entrega em domicílio, parcerias com aplicativos e criação de instrumentos próprios online. "Nesta Páscoa, foram lançados 95 produtos, levando em consideração chocolates e ovos que poderiam caber no bolso dos consumidores, num momento de queda da renda e restrição de confraternizações", declarou Fonsêca.

Em 2020, foram produzidas e vendidas 8,5 mil toneladas de ovos de Páscoa, além da linha tradicional de chocolates. Ainda não temos a produção da Páscoa deste ano, com os números auditados pela KPMG, "mas, neste ano, tivemos, com certeza, um volume superior, tendo uma venda boa. Os nossos associados estão relativamente satisfeitos, dentro do contexto no qual estamos vivendo", completa Fonsêca.

EXPECTATIVAS PARA 2021

Espera-se que, neste ano, a indústria moageira apresente estabilidade em relação a 2020. A demanda de derivados de cacau mostrou um desempenho positivo entre novembro e dezembro do ano passado. "A preocupação, agora, é quanto a extensão da pandemia e as dificuldades da economia podem impactar o consumo", arrazoa Losi.

Apesar de uma possível melhora na oferta de amêndoas de cacau no mercado nacional a partir de maio, por causa da safra temporã, há uma preocupação com o consumo em geral no País. De acordo com Losi, "aguarda-se uma retração menor do consumo e paira a apreensão de uma diminuição na demanda, mas não na intensidade do ano passado. A moagem deverá fechar em níveis próximos aos verificados em 2020".

O produtor de cacau precisa acessar financiamento e trabalhar em condições que gerem renda. "Discutimos como levar a esses pequenos produtores assistência técnica moderna, alinhada a



SHUTTERSTOCK

tecnologia, para aumentar sua produtividade. Eles precisam agregar valor a sua renda para que possam investir", afirma a diretora executiva da AIPC.

Com prestação de assistência técnica e melhores condições para acesso ao crédito, o Brasil terá a capacidade de passar da sétima para a quarta posição entre os maiores produtores de cacau do mundo. "Nós dispomos de terra para plantar e potencial de produtividade para ganhar. No médio e no longo prazos, o Brasil precisa produzir o dobro de cacau, com créditos para investimentos ao produtor e soluções de plantações em sistemas agroflorestais (SAFs)", vislumbra Losi.

CAMINHO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

A produção sustentável de cacau possui vantagem competitiva para desenvolver projetos de créditos de carbono. "Isso contribuirá para a construção de um círculo virtuoso, de aumento da renda, mais investimentos, melhoria da qualidade e agregação de valor", esclarece Waldeck de Araújo Junior, diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

No bioma Amazônia, há espaço para fomentar o cultivo e a produção de cacau com o plantio em áreas degradadas. "Apenas no Pará, há expectativa de um aumento próximo de 30 mil toneladas até 2025, além do crescimento da produção em outros estados, como Rondônia, Amazonas, Acre e Mato Grosso", estima Araújo.

Já no bioma Mata Atlântica, nos estados da Bahia e do Espírito Santo, o foco para aumentar a produção é a renovação das áreas já existentes. Para Araújo, "o trabalho em parcerias entre Governo e iniciativa privada para a melhoria de assistência técnica e fornecimento de sementes é positivo. Isso ajudará o Brasil a produzir o suficiente para atender a demanda das indústrias nacionais nos próximos anos".

As ações da iniciativa CocoaAction Brasil reúnem cientistas, produtores, indústrias e setores do Governo na busca de soluções para a cadeia produtiva cacaueira. Em dezembro do ano passado, essa coalizão lançou o estudo "Panorama da Cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia – 2015-2019". Realizado pelo Instituto Floresta Viva (IFV), o trabalho acompanhou 3,4 mil produtores de cacau durante cinco anos e traçou um panorama para o desenvolvimento do projeto Cacau 2030.

As recentes publicações das Instruções Normativas (INs) nos estados do Pará e de Rondônia reconhecem o cacau como cultivo para ser plantado na recuperação de áreas degradadas. Esses marcos também servem para destacar o aspecto da produção sustentável, com estabelecimento de regras para o produtor recuperar a floresta mesclando plantio em SAFs.

DRAWBACK PARA MANTER A COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

Enquanto analistas estimam uma queda na safra de cacau 2020/21, a indústria processadora vê-se diante da necessidade de importar mais cacau. Isso será necessário para atender a sua capacidade produtiva e dar conta dos pedidos de clientes no mercado internacional, com operações *drawback*. Para Thomas Hartmann, "esse instrumento permitirá que o custo das importações das indústrias locais se equipare ao das fábricas em outros países, assegurando, assim, sua competitividade nos mercados".

"A avaliação é uma boa maneira para compreender essa relação direta entre o recebimento e a necessidade de importação, considerando o período do ano-safra, que vai de maio de um ano a abril do ano seguinte", explica Anna Paula Losi. De fato, na principal safra 2019/20, o recebimento de amêndoas ficou em 184 mil toneladas, enquanto a expectativa para a safra 2020/21 é de 152 mil toneladas. Diante dessa queda, a perspectiva é de que será necessário uma quantidade maior de importação neste ano.

Nessas duas safras, o déficit de amêndoas para a indústria foi de quase 100.000 toneladas de cacau e a importação no mesmo período ficou em torno de 93.000 mil toneladas. Losi conclui que "esse volume ficou bem aquém da nossa necessidade, sendo que todo volume de amêndoas importado pela indústria é processado e exportado na forma de derivados". Assim, ela completa que, "na safra 2019/20, o volume de derivados exportados somou 49.314 toneladas, enquanto, na safra 2020/21 até março, as exportações ficaram em 48.561 toneladas, com um total de mais 97,8 mil toneladas de produtos destinados ao mercado externo".

Laerte Moraes, que trabalhou como diretor-geral dos negócios de Cacau & Chocolate e de Amidos e Adoçantes da Cargill na América do Sul e é o atual presidente do Conselho da AIPC, também esclarece que "a moagem apenas da amêndoa nacional criaria um nível alto de ociosidade na indústria. O grande desafio é fomentar a produção de amêndoas no Brasil, para a demanda das indústrias ser atendida pela produção interna. Enquanto isso não acontece, é preciso importar cacau. Caso o produto após processado seja utilizado no mercado interno, os impostos são pagos. Mas, quando se fala de *drawback*, a isenção de impostos só é válida se os produtos são exportados".

PROJETO CACAU 2030 PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DOS PRODUTORES

A iniciativa CocoaAction Brasil lança um projeto com foco no fortalecimento da cadeia e anuncia diretrizes para erradicar o trabalho infantil e promover o trabalho decente em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em meio aos desafios da cadeia de cacau no Brasil, fomentar a sua produção para se tornar cada vez mais sustentável e socialmente responsável é uma das principais metas para os próximos anos. Com mais de 93 mil pequenos produtores, a maioria familiares, por meio da iniciativa CocoaAction Brasil, a cadeia produtiva lança, neste mês, o "Projeto Cacau 2030: Ações estruturantes para o desenvolvimento sustentável da cadeia no Brasil".

Trata-se de um projeto robusto para criar condições de crescimento da produtividade, um trabalho para desobstruir gargalos como acesso ao crédito e à assistência técnica, gerando mais renda e melhores condições da lida no campo. "Solucionar questões importantes e complexas como essas exige que todos os elos da cadeia trabalhem em conjunto, em prol de objetivos em comum", explica Pedro Ronca, gerente da CocoaAction Brasil.

Mudanças com diálogo social e mobilização dos atores

Para nortear o projeto, foi estabelecida uma série de diretrizes alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Entre as questões econômicas e ambientais, estão, também, diretrizes ligadas à promoção do trabalho decente e à erradicação do trabalho infantil. É aí que entra a parceria com a OIT.

Nos últimos anos, o setor avançou nesses temas, mas ainda há trabalho a fazer. Maria Claudia Falcão, coordenadora do Programa de Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho da OIT no Brasil, justifica que "ainda existem oportunidades para melhorar as condições de trabalho na cadeia produtiva de cacau. Ao identificarmos isso, trabalhamos para promover as mudanças por meio do diálogo social e da mobilização dos atores".

Tanto o projeto quanto as diretrizes contam com a participação ativa do Governo e de empregadores e trabalhadores. Os coordenadores das ações consideram isso de suma importância. Assim, os impactos serão duradouros e capazes de transformar a realidade dos produtores.

Aspectos econômico, social e ambiental conectados

"É responsabilidade de todos os setores, público e privado, promover a melhoria das condições de trabalho. Essas ações complementam-se e se conectam. As empresas privadas não devem fazer o papel do Estado, assim como o Estado não pode implementar ações de responsabilidade das empresas. Não há como falar do



SHUTTERSTOCK

aspecto social sem falar do econômico e do ambiental; está tudo interligado, sendo um continuidade e consequência do outro", pondera Falcão.

Para Ronca, "o projeto nasce em um momento de maior aproximação da cadeia, o que considero fundamental. Nos últimos anos, tivemos uma aproximação maior dos elos da cadeia, o diálogo amadureceu, e, hoje, há um entendimento de que questões como o trabalho decente e a erradicação do trabalho infantil só serão resolvidas com a participação conjunta".

"Desde o fomento da produção de cacau, o projeto é resultado de uma série de outras ações desenvolvidas nos últimos anos, junto a estados e municípios, passando pelo mapeamento do setor. Isso culminou com a produção do estudo 'Panorama da Cacauicultura no Território Litoral Sul da Bahia – 2015-2019', .elaborado pelo IFV. (...) Desenvolvido com todo o rigor científico, esse material nos ajudou a entender melhor quais são as questões e os desafios que temos pela frente", afirma Ronca. O estudo completo está disponível no site da World Cocoa Foundation (WCF): https://www.worldcocoafoundation.org/wp-content/uploads/2020/05/Panorama-da-cacauicultura-TILSB-Versao-final-Web.pdf.

"TRABALHAR PELA ARTICULAÇÃO DA CADEIA DE CACAU NO BRASIL"

Laerte Moraes, novo presidente do Conselho Diretor da AIPC, reforça o compromisso da Associação com a cadeia brasileira de cacau.

Desde que foi criada em 2004, uma das bandeiras da AIPC tem sido atuar junto ao setor produtivo, por meio de parcerias público-privadas, para fomentar a produção de cacau nacional e atender a demanda do parque industrial brasileiro. Esses elementos continuarão sendo prioritários na gestão do presidente Laerte Moraes. "Queremos continuar trabalhando fortemente na articulação da cadeia, visando não só ao aumento da produtividade, mas também à melhoria da qualidade do cacau nacional", reforça o executivo.

Consumidores atentos à origem e à produção dos produtos

O trabalho passa pelo fomento da produção de forma sustentável e pela implantação de melhorias no campo, como maior acesso a assistência técnica, além do desenvolvimento de mecanismos que permitam a rastreabilidade do cacau. Segundo Moraes, "cada vez mais, os consumidores estão atentos à origem e à produção de seus produtos. Por isso, precisamos estar prontos para responder a essas questões também".

Nos últimos anos, a AIPC participou do diálogo junto aos setores público e privado. O intuito sempre foi buscar o alinhamento de uma agenda comum. Isso significa todos os elos da cadeia comprometidos em trabalhar de forma conjunta para identificar os desafios e buscar soluções para as principais questões. "Nesse sentido, a nossa participação ativa na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) junto aos outros atores da cadeia e o trabalho para viabilizar a iniciativa CocoaAction Brasil são ganhos consideráveis nessa trajetória", explica Moraes.

Importações ainda são necessárias

Moraes destaca que "o Brasil precisa deixar a dependência de produtos importados. Temos todos os fatores favoráveis para voltarmos a ser grandes produtores. Contamos com bom clima, áreas para cultivo, produtores e parque industrial instalado, além de um mercado consumidor maduro".

Na opinião do presidente da AIPC, enquanto o setor não alcança a autossuficiência, a indústria nacional ainda precisa recorrer às exportações para adquirir as amêndoas utilizadas para a produção de derivados que são exportados. Para isso, as empresas valem-se do *drawback*, que exige que 100% do volume importado com a isenção de tributos seja processado e exportado. Nas últimas safras, enquanto a produção brasileira de amêndoas oscilou entre 170 mil e 200 mil toneladas, a capacidade instalada de moagem da indústria ficou em 275 mil toneladas. "Se operássemos apenas com o volume de amêndoas nacional, o nível de ociosidade seria alto. Isso implicaria mais custos para as moageiras e as chocolateiras, inviabilizando a manutenção do parque industrial instalado no Brasil. Nesse cenário, o produtor sequer teria para quem vender a sua produção", justifica Moraes.

"Nos períodos em que a safra brasileira foi muito menor do que a média, a indústria chegou a importar amêndoas para atender a demanda doméstica. Sem utilizar o *drawback*, as empresas pagaram os impostos de forma a não prejudicar o mercado doméstico", lembra Moraes. "Será de fundamental importância que a produção brasileira se fortaleça nos próximos anos, com toda a oferta de amêndoas no mercado interno. É para isso que trabalhamos nos últimos anos, sendo esse um dos principais objetivos da AIPC para hoje e o futuro", finaliza o executivo. ■

A ***Agroanalysis*** agradece a colaboração dos jornalistas Juliana Ribeiro e Roger Marzochi, da área de Comunicação da AIPC.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO AGRONEGÓCIO (CBDA)

O AGRONEGÓCIO deve ser entendido como um conjunto de atividades econômicas integradas que vão desde o fornecimento de insumos à produção, passando pela produção propriamente dita, pelo processamento, pela industrialização e pela logística, até a distribuição de alimentos, fibras e bioenergia. Assim, formam-se os sistemas ou as cadeiras agroindustriais, com a observância das atividades antes, dentro e depois da porteira. A exploração econômica das propriedades rurais passa a ser vista como parte de um amplo sistema de relações interdependentes: produtivas, tecnológicas e mercadológicas.

De forma alinhada ao que foi exposto, são impostas, hoje, novas exigências pelo mercado, que busca a elevação dos padrões de qualidade e produtividade, induzindo à organização econômica e à governança dos negócios rurais. Com isso, nos mercados agroindustriais ou agroalimentares, são estabelecidas regras de conduta que modelam as relações jurídicas, afetando a alocação de recursos e incentivos que influenciam o comportamento dos agentes econômicos privados. Desta forma, passa a ser necessária a análise sob o prisma conjunto do Direito, da Economia e das organizações, o que permite o entendimento aprofundado da complexidade da realidade agroindustrial.

CAUÊ DINIZ



Renato Buranello, sócio-fundador do IBDA

Assim, os mercados agroindustriais identificam-se como um emaranhado de relações contratuais tecido pelos agentes econômicos. O contrato passa a ser encarado como um instrumento de alocação, entre as partes, dos riscos inerentes à atividade econômica. Significa, também, uma maneira de coordenar as transações, provendo incentivos para os agentes atuarem de maneira coordenada na sua produção, o que permite um planejamento de longo prazo de todos os agentes integrados. Na temática dos contratos agroempresariais, as partes, patrimonialmente autônomas, mantêm áleas distintas. Embora interdependentes, estas, nos sistemas agroindustriais, passam a se valer, cada vez mais, de formas híbridas, afastadas dos modelos tradicionais oferecidos pelo ordenamento jurídico para acomodar interesses em empreendimentos comuns.

A quebra da unidade da cadeia agroindustrial significa a criação de riscos. Com isso, os negócios jurídicos integrados no atendimento da sua função econômica e social devem estar protegidos, devendo as atividades econômicas exploradas nas cadeias agroindustriais contribuírem para o aumento da produção de alimentos, fibras e bioenergia, em busca da segurança alimentar. Além disso, os custos de transação tendem a reduzir-se em mercados nos quais os agentes econômicos confiam no comportamento dos outros. Buscam-se, assim, cenários previsíveis, em que se possa, legitimamente, esperar a adoção de certas condutas dos parceiros comerciais. Ocorre que, infelizmente, as questões relativas ao agronegócio não estão suficientemente difundidas na doutrina e na jurisprudência, de forma que muitos precedentes relacionam os negócios privado-empresariais aos preceitos do Direito Agrário, sem considerar que os modelos de negócio, a complexidade e a tecnologia dos mercados agrícolas vão muito além da atividade de produção no campo.

Desta forma, Renato Buranello, sócio-fundador do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA), deu início, em 31 de março último, ao I Congresso Brasileiro de Direito

do Agronegócio (CBDA), organizado pela instituição e que tem por objeto o estudo do regime jurídico do agronegócio, buscando contribuir com a formação de políticas públicas para o setor, bem como com a adequada sistematização das regras existentes e sua melhor interpretação quando do exercício da função jurisdicional. Contando com mais de 5.000 participantes, o evento reuniu, virtualmente, um público altamente qualificado e teve exposições e debates de renomados especialistas e representantes dos três poderes de Estado.

A abertura do CBDA também contou com destacadas explanações da doutora Ana Frazão, professora de Direito Civil e Comercial da Universidade de Brasília (UnB), que lembrou a complexidade e a sofisticação desse mercado, demonstrando a necessária reflexão aprofundada sobre contratos, cadeias de negócios e tecnologia, ponto que foi reforçado por Guy de Capdeville, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que enfatizou o aumento de produtividade vertical com o uso de novos mecanismos tecnológicos e sua importância para o meio ambiente. A sustentabilidade e a segurança alimentar, alinhadas a reformas e ganhos de competitividade, também foram objeto das falas de Teresa Cristina Vendramini, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Márcio Lopes de Freitas, presidente do Sistema OCB, e Gustavo Diniz Junqueira, secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. A importância do investimento e das novas formas de financiamento da atividade foi apontada nas palavras dos deputados federais Sergio Souza (MDB/PR) e Pedro Lupion (DEM/PR). A necessidade de uma nova compreensão do relacionamento entre o Direito Público e o Privado em cadeias produtivas nacionais foi ressaltada, também, por Alexandre Veronese, diretor do Centro de Formação e Gestão Jurídica do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A abertura do evento foi concluída pela senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), que lembrou a todos da confusão ainda existente entre os conceitos de Direito do Agronegócio e Direito Agrário. Foi ressaltado ser o Direito Agrário uma subdivisão tradicional do Direito Público, tendo por objeto o estudo das relações jurídicas resultantes da propriedade rural, enquanto o Direito do Agronegócio "se preocupa

CAUÊ DINIZ



Painel "Reformas e Competitividade"

com as repercussões econômicas da atividade agropecuária, constituindo, portanto, uma seção do Direito Privado". Assim, o complexo Direito do Agronegócio vive uma contínua expansão, o que exige dedicação de pesquisadores e professores na formação de uma base crítica de conhecimento que sustente futuras conquistas para o setor econômico de maior relevância no País.

O Congresso foi dividido em quatro painéis. O primeiro teve como tema "Reformas e Competitividade" e contou com a moderação de Fábio Medina Osório, ex-advogado-geral da Advocacia-Geral da União (AGU), e as apresentações de Elizabeth Farina, diretora presidente da Tendências Consultoria Integrada, Arnaldo Jardim, deputado federal (Cidadania/SP), Bruno César Lorencini, pós-doutor pela Universidade Columbia e juiz federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), e João Otávio de Noronha, ministro do STJ.

As análises iniciadas com a apresentação de Farina pautaram-se em uma visão da competitividade não apenas enquanto disputa por mercados, mas também sob o prisma da atratividade de capitais, com base na concepção de que as instituições – ou seja, as regras do jogo – são responsáveis pelo ambiente de negócios. O Brasil ocupa a 124ª posição no *ranking* dos países com maior facilidade para fazer negócios, destacando-se o negativo indicador tributário.

Nesse tema, as Propostas de Emenda Constitucional (PECs) nº 45/19 e nº 110/19 devem caminhar, ao longo do ano, com pressão parlamentar de impulsionamento da pauta. Porém, conforme ressaltado pelo deputado Arnaldo Jardim, há necessidade de uma mobilização social e de um protagonismo do poder Executivo. Foram suscitadas, ainda, a reforma de ordem administrativa, que, no momento, perdeu vigor, e a reforma política, que, de alguma forma, já está em andamento.

As ponderações de Bruno Lorencini, por sua vez, enfatizaram a existência de vácuo no que concerne aos pequenos e aos médios produtores rurais, que precisam da alocação de recursos, tecnologia e assistência técnica. Na busca pela modernidade do setor, defendeu o ministro Noronha ser necessária a existência de garantias mais simples e operações de fácil



CAUÊ DINIZ

Painel "Sustentabilidade e Segurança Alimentar"

CAUÊ DINIZ



Painel "Participação do Investimento Estrangeiro"

contratação, de forma a permitir quebrar a lacuna existente entre os produtores e, também, garantir a competitividade.

O segundo painel, "Sustentabilidade e Segurança Alimentar", com mediação de Marcello Brito, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), teve início com Samanta Pineda, professora da Fundação Getulio Vargas (FGV), destacando a importância do alinhamento de conceitos econômicos na produção rural e da consciência de desenvolvimento sustentável. Ela apontou, ainda, que, diante da recém-aprovada Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, o País pode se tornar o maior *player* de serviços ambientais do mundo para comercializar água, energia limpa, créditos de carbono e produtos da biodiversidade.

Em adição, Francisco Beduschi Neto, executivo da National Wildlife Federation (NWF) no Brasil, enfatizou a necessidade de avançar com maior transparência para o atendimento das demandas de investidores, países e consumidores. Há uma nova fronteira de defesa vegetal crescendo (ainda mais sustentável), além da Biotecnologia, que "está dando passos largos com a edição gênica, com verdadeiras transformações na resistência das plantas", segundo Christian Lohbauer, presidente da CropLife Brasil. Por fim, os avanços devem ser feitos sem o afastamento da agenda ESG (*environmental, social and governance*), a ser promovida pelas empresas do setor, que deverão estar atentas e atuar para uma harmonização atendendo as demandas e as pautas mundiais, segundo a conclusão de Grazielle Parenti, vice-presidente global de Relações Institucionais, Reputação e Sustentabilidade da BRF.

O terceiro painel focou em "Participação do Investimento Estrangeiro". Nele, Marcos Jank, coordenador do centro Insper Agro Global, defendeu a existência de recursos naturais abundantes e que capacidade e tecnologia devem estar combinadas com capital de longo prazo. Depois disso, Venilton Tadini, presidente executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), ressaltou a orientação em relação a quatro pontos: (i) potencial crescimento da demanda comercial internacional com o crescimento dos Estados Unidos e da China; (ii) controle da macroeconomia nas taxas de juros e câmbio; (iii) demanda por financiamentos sustentáveis; e (iv) reformas no que concerne ao tratamento da questão fiscal e do ambiente regulatório.

Ainda, foi lembrado por André Pessôa, sócio-diretor da Agroconsult, que os recursos estrangeiros foram responsáveis pelo desenvolvimento de diversas regiões e atividades no País. A edição do novo marco regulatório sobre a aquisição e a posse de imóveis rurais por estrangeiros, ao seu ver, seria responsável por alçar o Brasil como um parceiro ainda mais confiável no fornecimento de alimentos para o mundo, lembrando a necessidade de imposição de padrões de governança aos negócios. Na sequência, o senador Irajá (PSD/TO), autor do Projeto de Lei (PL) nº 2.963/19, defendeu a necessidade de regras e critérios claros que norteiem o aporte de capital estrangeiro ao agronegócio brasileiro, de forma a preservar a soberania nacional e evitar o uso de mecanismos mascarados para isso. Desta forma, o PL tem caráter autorizativo, sendo uma alternativa aos produtores rurais brasileiros que querem ter um investidor estrangeiro como potencial parceiro.

Na continuidade das apresentações do painel, que teve como mediador Jacyr Costa Filho, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp), foi destacado o ambiente de negócios adverso e desafiador das nações durante a pandemia e a impossibilidade de dizer sobre a velocidade com que esses recursos retornarão. Dan Kraft, advogado integrante da Ordem de Quebec e professor da Universidade de Montreal, completou dizendo que um maior grau de maturidade da regulação atrai os investidores e, ao mesmo tempo, reforça a soberania do País. "O que atrai investimento é trazer previsibilidade, criando um ambiente interno de certeza, de enquadramento da atividade, e respeitando, obviamente, os princípios multilaterais, aos quais a comunidade de nações da qual faz parte o Brasil se alinha, não havendo qualquer renúncia à soberania", concluiu.

No último painel, com o tema "Sistema de Financiamento Privado", após uma apresentação da evolução do crédito privado por Rogério Boueri, subsecretário da Subsecretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia (ME), foram abordadas as recentes mudanças legais decorrentes das alterações promovidas pela Lei nº 14.112/20 na Lei de Falências e Recuperação de Empresas, já que normatizam e estabelecem regras para situações que vinham sendo enfrentadas pelo poder Judiciário. Nesse sentido, é importante o afastamento de algumas operações



CAUÊ DINIZ

Painel "Sistema de Financiamento Privado"

CAUÊ DINIZ



Roberto Rodrigues no encerramento do I CBDA

– como crédito rural subsidiado e Cédulas de Produto Rural (CPRs) Físicas – e de garantias em relação sistema recuperacional, principalmente sob a ótica suscetível de voluntariedade de inscrição do produtor rural na Junta Comercial. Foi concentrada nesses temas a apresentação de Raul Araújo Filho, ministro do STJ.

Ademais, conforme foi trazido pelo também ministro do STJ Ricardo Villas Bôas Cueva, "no que toca à recuperação judicial do produtor rural, parece-me que a autorização de que haja uma comprovação do exercício efetivo da atividade rural nos dois anos anteriores ao registro passa a ser feita de maneira muito mais criteriosa. Pode-se, agora, comprovar esse exercício através do livro-caixa digital ou de registros contábeis, o que, certamente, contribuirá para uma formalização do setor. (...) Uma outra vertente que garante a segurança jurídica nas normas que alteraram a Lei de Recuperação Judicial diz respeito às dívidas que podem ser incluídas na recuperação judicial. Ficou evidente, também, que, para evitar fraude, foi necessário deixar muito claro que apenas os créditos ligados exclusivamente à atividade rural devem ser incluídos na recuperação judicial. (...) Como bem lembrado, a derrubada do veto do art. 4º da Lei nº 14.112, para dar um tratamento específico às CPRs Físicas".

Ao caminhar sobre a temática, foi exposta a importante relação do setor com o investimento privado, tendo em vista que, apesar de muito responsável pelo desenvolvimento do agronegócio brasileiro, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) não possui condições de funcionamento nesses moldes a longo prazo. Mostram-se importantes, desta forma, as adições legislativas trazidas com a Lei nº 13.986/20 ("Lei do Agro"), que modernizou diversos títulos de crédito do agronegócio brasileiro, como o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), o Certificado de Depósito Agropecuário/Warrant Agropecuário (CDA/WA) e a CPR. Além disso, a lei criou a Cédula Imobiliária Rural (CIR) e o Patrimônio Rural em Afetação (PRA), mecanismos que, a longo prazo, devem contribuir com o aporte de capital ao setor. Tais alterações indicam a construção de um novo ambiente regulatório, que tem como consequências a criação de novas linhas de crédito ao produtor, a alavancagem econômica das revendas e a garantia de um sistema com maior liquidez. Tais contribuições foram apresentadas por João Rabelo Júnior, vice-presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil (BB), e Frederico Favacho, consultor jurídico da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC).

O encerramento do CBDA contou com a fala de Roberto Rodrigues, ex-ministro do Ministério da Agricultura e coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), que defendeu existir um complexo conjunto de normas que regulam o agronegócio e, por isso, estreitar a relação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no conjunto regulatório do agronegócio é o objetivo principal e contínuo dos estudos que se apresentaram no evento. Segundo ele, ao passar por grandes temas relacionados às atividades econômicas, buscou-se apresentar a importância de reformas na busca por um Estado mais leve e eficiente, que gere uma normatização da ordem econômica e que incentive o conjunto de atividades integradas que formam o setor.

Também, deve-se tratar da relevância da produção sustentável e da participação brasileira na construção de uma segurança alimentar mundial, considerando todos os novos mecanismos de incentivo e comprovação da natureza ESG do agronegócio. Tais fatores, portanto, alinham-se a uma necessidade de contínuo investimento no setor e à importância da transparência e da previsibilidade ao investidor, levando-se em conta não só os aportes financeiros de origem estrangeira, mas também ressaltando a mudança de paradigma do público para o privado no investimento ao agronegócio, com a carência de uma maior estabilidade das relações entre credores e devedores na busca pela redução de custos de transação.

Por fim, Renato Buranello reforçou a importância de contar a história do agronegócio brasileiro por meio da constatação de uma cadeia de produção complexa, com um necessário olhar ao microssistema jurídico, lembrando as palavras do ministro Noronha, que ressaltou que, apesar da função jurisdicional ser materializada com decisões, a sentença não é um instrumento de política econômica e deve ser uma medida de exceção, a fim de diminuir a judicialização e melhorar o ambiente de negócios. Esse é um enorme desafio. Estamos, a cada dia, mais perto de sermos o supermercado do mundo, com o agronegócio brasileiro líder na produção sustentável de alimentos, bioenergia e fibras. ■

A ***Agroanalysis*** agradece a contribuição da Mecânica Comunicação Estratégica.

PROTAGONISMO NA DÉCADA DA RESTAURAÇÃO DE ECOSSISTEMAS

MIGUEL CALMON
Consultor sênior do Programa Florestas do WRI Brasil e líder do Fórum de Diálogo Floresta Nativa e da Força-Tarefa Silvicultura de Nativas da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

PAULO GROKE
Diretor superintendente do Instituto Ecofuturo e membro da Força-Tarefa Silvicultura de Nativas da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

YUGO MATSUDA
Gerente corporativo de Meio Ambiente da Suzano S.A. e membro da Força-Tarefa Silvicultura de Nativas da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura



NESTE ANO, foi iniciada a Década da Restauração de Ecossistemas, declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU), trazendo muitas expectativas e relevância para a agenda da restauração nas esferas internacional, nacional e local. É um tema com o qual o Brasil tem muito a contribuir e sobre o qual pode se tornar um líder global, pois essa agenda está relacionada à promoção de uma agricultura mais sustentável e resiliente, ao acesso a mercados externos, à atratividade de investidores e financiadores e à geração de postos de trabalho e renda ao produtor.

Em outubro, teremos a 15ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (COP-15/CDB). O evento, que terá a China como anfitriã, debaterá a criação de um novo Marco Global para a Biodiversidade, em substituição às Metas de Aichi, que, após dez anos, foram cumpridas apenas parcialmente. Com metas para 2030 e 2050, o novo marco tem como principal propósito harmonizar a conservação da natureza com as atividades humanas e é alinhado a outras iniciativas internacionais, como o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A biodiversidade, portanto, também integra a atual agenda internacional, e a sua perda está diretamente ligada à degradação ambiental. Já é mais do que comprovada a dependência que temos de ecossistemas saudáveis. Não se trata mais de apenas preservar, mas de acelerar e aumentar a recuperação dos ecossistemas naturais do Planeta em uma lógica regenerativa. E uma das formas de se fazer isso é pela restauração florestal na escala de paisagem.

O desafio que se coloca é como agilizar e dar escala à restauração e como transformá-la em oportunidade de desenvolvimento sustentável, com inclusão social e geração de emprego e renda. Apesar dos enormes desafios impostos ao mundo pela COVID-19, os prognósticos são promissores. O recém-lançado Observatório da Restauração e Reflorestamento, liderado pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura com o apoio de várias organizações da sociedade civil e empresas como a Suzano, mostra que já há muitas iniciativas em andamento no País: 79,13 mil hectares de restauração nativa com finalidade ecológica; 11,00 milhões de hectares em processo de regeneração natural; e 9,35 milhões de hectares de reflorestamento.

PRODUÇÃO E EXTRAÇÃO SUSTENTÁVEIS DE MADEIRA TROPICAL

Muitas dessas ações – e tantas outras que podem ser incentivadas – visam contribuir para ampliar o impacto da restauração sobre o desenvolvimento econômico no campo. No caso de espécies nativas, a silvicultura pode impulsionar a produção e a extração sustentável e econômica de madeira tropical. O Brasil possui cerca de 50 milhões de hectares de pastagens degradadas com baixa aptidão agrícola que, se recuperadas com base em manejo adequado, poderiam produzir cerca de metade da madeira tropical demandada no globo. Hoje, o País responde por menos de 10% da oferta global dessa matéria-prima. A silvicultura de nativas também pode ser feita considerando o fornecimento de insumos para as indústrias farmacêutica, cosmética e de alimentos a partir da coleta de frutos, sementes, castanhas e essências.

É preciso focar em espécies nativas com potencial econômico, sem, é claro, descuidar da atenção para com a saúde dos ecossistemas. Com pesquisa e desenvolvimento, investimentos e incentivos, marco regulatório e

mercado, a silvicultura de nativas pode chegar às mesmas proporções geográficas e socioeconômicas de setores já consolidados no Brasil, como os de soja e cana-de-açúcar. As florestas plantadas das espécies exóticas pínus e eucalipto, por exemplo, colocaram o Brasil como um dos líderes globais da produção de papel e celulose em quatro décadas. Tal expansão foi possível em razão do investimento em pesquisa e desenvolvimento feito pela indústria, com o apoio da Academia.

PROGRAMA PIONEIRO DE SILVICULTURA DE ESPÉCIES NATIVAS

Um movimento recente em prol da silvicultura de nativas foi o lançamento, pelo governo do Espírito Santo, de um Grupo de Trabalho (GT) de Nativas, com o intuito de criar incentivos e destravar gargalos para que essas espécies tenham mais atratividade ao produtor e investidores ganhem mercado e escala. Além disso, foi lançado, no mês passado, o Programa de Pesquisa & Desenvolvimento em Silvicultura de Espécies Nativas (PP&D-SEN)[1], pela Coalizão, com apoio do WRI Brasil e de muitas outras instituições parceiras e especialistas. Com duração inicial de quinze anos, o programa pioneiro prevê a implementação de uma rede de vinte sítios de experimentação na Amazônia e na Mata Atlântica, cada um destinado a avaliar alguns dos temas de pesquisa e das espécies identificadas em um estudo de prioridades e lacunas liderado pela Coalizão em 2019[2].

Um bom investimento em P&D tem o potencial de contribuir para: a recuperação de milhões de hectares de áreas degradadas; a adequação ambiental dos produtores rurais; a redução das emissões de gases do efeito estufa das principais cadeias produtivas; a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas; a geração de empregos; a promoção de uma economia florestal sustentável; e a atração de investimentos e financiamentos. Segundo o estudo sobre prioridades e lacunas mencionado, para cada US$ 1 investido no programa de P&D, espera-se um retorno de US$ 2,39.

Outro fator importante que pode ser determinante para o protagonismo do Brasil na Década da Restauração 2021-2030 é a criação de mecanismos legais e incentivos para a restauração e a conservação de ecossistemas naturais. A Lei de Pagamento por Serviços Ambientais, sancionada em janeiro último, abriu um caminho promissor para a conciliação da produção agropecuária com a conservação e a restauração dos ecossistemas. O instrumento criou, ainda, um ambiente atrativo para investidores interessados em reduzir suas emissões e passivos ambientais por meio de serviços ambientais gerados pelos produtores rurais.

Não há dúvidas sobre a capacidade do Brasil de gerar conhecimento e experiência e promover mobilização social para ser protagonista mundial na Década da Restauração. Se bem-feitas, portanto, a restauração florestal e a silvicultura de espécies nativas, especialmente em paisagens degradadas, podem assegurar biodiversidade e ecossistemas saudáveis e resilientes e aumentar oportunidades de geração de renda e atividades econômicas, assim como trazer competitividade ao País e bem-estar à população. ■

[1] http://www.coalizaobr.com.br/home/phocadownload/documentos/PPeD-SEN.pdf

[2] https://wribrasil.org.br/pt/publicacoes/prioridades-e-lacunas-de-pesquisa-e-desenvolvimento-em-silvicultura-de-especies-nativas



SHUTTERSTOCK

REUNIÃO DO COSAG

AGENDA LEGISLATIVA PARA O AGRONEGÓCIO

A reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) foi realizada em 5 de abril último, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

ABERTURA



JACYR COSTA FILHO

Presidente do Cosag/Fiesp

No meio desta pandemia que já nos acomete há mais de um ano, esperamos que a vacinação em massa da nossa população deslanche, com o Congresso Nacional (CN) entrando em ritmo de trabalho mais forte neste segundo trimestre. Temos duas apresentações na nossa reunião. Primeiro, acompanharemos o deputado federal Sergio Souza, que assumiu a presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) recentemente, em fevereiro, sobre as novidades e as expectativas com relação à agenda de trabalho a ser desenvolvida neste ano. Depois, contaremos com a apresentação do Nilson Aparecido Leitão, que, com muita conversa e negociação, conseguiu compor uma chapa única no Instituto Pensar Agropecuária (IPA). Para finalizar, teremos uma apresentação especial da Leticia Zamperlini Jacintho, integrante do movimento De Olho no Material Escolar.

AGENDA DA FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA



SERGIO SOUZA

Deputado federal (MDB/PR) e presidente da FPA

Continuaremos o nosso trabalho em favor do agro. Há alguns desgastes recentes no processo de aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021. Tivemos cortes no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e nos recursos de crédito rural nos subsídios do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Já na Lei nº 14.130/21, que criou os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), houve vetos presidenciais. Procuraremos, então, reverter essa situação.

Queremos aproveitar essa oportunidade para conversar sobre como as entidades, o Parlamento e o Governo podem melhorar ainda mais o desempenho do agro. Estamos diante de um público que entende e conhece as dimensões da preservação ambiental e o potencial instalado para o desenvolvimento do agronegócio no futuro. Acreditamos que a vocação principal do Brasil seja o agro, tendo sido abençoado por Deus para ser assim.

Com fatores favoráveis de clima, solo e topografia, fizemos uma colonização com aptidão para a agricultura oriunda basicamente da Europa. Chegamos a uma posição gigante na produção mundial de alimentos. Já abastecemos em torno de 10% da população global, com uma meta de chegarmos a 20% até 2050.

Recentemente, estivemos na China e percebemos claramente o desespero da sua população na questão crítica da segurança alimentar. Naquele momento, a peste suína chegava ao auge. No acesso ao consumo, havia 1 bilhão de pessoas a serem atendidas, sendo que mais 500 milhões virão nos próximos anos. Enfim, podemos antever as dificuldades de carência nutricional a serem enfrentadas pelos continentes africano e asiático.

Sabemos da necessidade de produzir mais alimentos para atendermos essa demanda em escala mundial. A nossa função na FPA é resolver alguns gargalos no meio do caminho. Enfrentamos grandes desafios para dobrar a produção de alimentos no Brasil até 2050 de maneira responsável e sem agredir a natureza.

Precisamos mitigar algumas colocações difundidas de forma desvirtuada com repercussão negativa nas sociedades brasileira e internacional. As notícias falsas deixam a impressão de que o agricultor é o grande vilão do desmatamento da Amazônia e o causador da poluição global. Na verdade, nenhum país do mundo faz o sistema de plantio direto e cumpre um rigoroso Código Florestal (CF) com práticas sustentáveis como o Brasil.

Assim, na comunicação, perdemos a guerra devido a uma série de informações propositalmente erradas.

Para a nossa gestão da FPA durante o biênio 2021-2022, montamos dois pilares de trabalho para focar:

- Regularização fundiária – a Amazônica proveu a antropização, levando e dando terra aos colonos, mas sem dar a eles, na grande maioria, o título de posse e o domínio da propriedade rural. Mesmo atendendo as normas do CF, com 80% da área para preservação e 20% legal para produzir, os produtores ficam em situação fora da lei por queimada e desmatamento. A nossa posição corre a favor de darmos título a quem é de direito. Coibimos e combatemos a queimada, o desmatamento e a grilagem de terras. Pretendemos e devemos votar, ainda neste primeiro semestre, na Câmara e no Senado essa nova lei que permitirá a regularização fundiária.

- Licenciamento ambiental – esse instrumento deixa muito caros os modais de transporte e as redes de transmissão de energia para chegarmos ao interior do País. Há limitações para instalar e levar uma nova linha de energia quando existe a necessidade de passar dentro e próximo de uma reserva indígena, atravessar um rio e contornar uma estrada. Quem paga essa conta é o cidadão.

Temos, também, uma legislação muito desatualizada quando se analisam os defensivos agrícolas. A aprovação de uma nova molécula chega a demorar dez anos. Fica um custo alto no bolso do produtor, depois repassado ao consumidor. A lei brasileira proíbe a liberação de uma nova molécula com maior toxidade, mas queremos modernizar esse instrumento legal para dar mais agilidade aos processos de análise. Nessa direção, podemos dispor de produtos mais eficientes e com menos resíduos.

Na demarcação de terras indígenas, encontramos uma série de problemas. Somos a favor da educação e da saúde de qualidade desses povos. Queremos seu sustento com exploração e lavra de áreas para subsistência. No entanto, também não podemos permitir a demarcação de terras já concedidas pelo Estado ao produtor rural. Partimos do princípio de que a expropriação não dá direito a indenização.

Precisamos mudar a imagem do produtor rural perante as sociedades brasileira e internacional. Estamos promovendo conversas nas embaixadas e participaremos de eventos internacionais importantes nas questões ambientais e sociais. O presidente Macron, da França, disse que não comprará soja brasileira porque desmatamos para produzir. Sem medo, queremos responder e explicar para ele que somente 8% dessa cultura vem do bioma amazônico.

Na bancada ruralista do CN, estamos focados nas questões ligadas ao agronegócio, com a boa utilização das terras do País e medidas para a redução dos custos de produção.

AGENDA DO INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA



NILSON APARECIDO LEITÃO

Presidente do IPA

Nascido em 2011, o IPA possui a intenção de fazer uma assessoria técnica para chegarmos com uma legislação mais eficiente ao CN. Procuramos debater os temas conflitantes de forma madura e inteligente, com bases de dados de consultoria de qualidade para formatarmos boas propostas.

Com o papel de ficar nos bastidores, assessorando e juntando as entidades, cujas empresas associadas têm voz e vez para falar das suas demandas, o IPA busca simplificar e desburocratizar o País. Várias leis que lá nasceram foram apresentadas e aprovadas nos últimos anos pelo CN.

Estamos com uma lista grande de desafios nas questões internacionais. Por isso, sentamos à mesa e organizamos, de forma prévia, a agenda internacional ambiental neste ano. Começamos com o evento Conferência da Terra (Earth Summit), realizado em Washington, nos Estados Unidos, e vamos até a 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), programada para novembro próximo, em Glasgow, na Escócia.

Uma nova pauta está sendo construída com visão internacional para ser negociada com a União Europeia, a China e os Estados Unidos, que representam 60% das emissões de gases do efeito estufa (GEE). Como os debates, certamente, afetarão o Brasil, teremos de nos preparar para a conversa junto aos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e das Relações Exteriores (MRE).

Seguindo a FPA, os conteúdos analisados pelo IPA defrontam-se, ainda, com questões de segurança jurídica que se

arrastam há muito tempo. Com evolução tecnológica, o agro aumenta a produtividade com menos área, enquanto persistem assuntos do século passado, como a regularização fundiária e o licenciamento ambiental. Não podemos mais ter uma lei para defensivos e fertilizantes de décadas passadas enquanto, em contrapartida, os países desenvolvidos trilham para produtos mais modernos.

Para transportar a nossa produção, existem rodovias federais que estão há mais de doze anos com orçamento e financiamento garantido, mas que permanecem inacessíveis porque falta a liberação do licenciamento ambiental. Com fila de carretas carregadas de produtos para gerar emprego e renda, seguimos em discussão e não decidimos pavimentar. Faltam decisões para uma ampla desburocratização dessas normas.

Imaginávamos os Fiagro aprovados de forma mais forte. A Receita Federal encontrou falhas na parte do fisco. Os fundos imobiliários giram em torno de R$ 170 bilhões. Com esse raciocínio, precisamos financiar o agro da mesma forma. Dos 5,5 milhões de propriedades rurais, 80% são de proprietários que revelam falta de renda e necessidade de recursos.

Essa máquina pesada precisa ser revista, com uma profunda reforma administrativa, que se inicia com uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e várias leis em andamento paralelo. Existem exemplos de medidas a serem feitas. A Câmara Federal possui um custo anual de R$ 6 bilhões. Se os deputados forem para casa, esse valor cairá para R$ 5 bilhões – uma economia de aproximadamente 20%. Entre 2016 e 2017, o governo federal gastou R$ 2 bilhões em aluguéis de prédios fechados, obsoletos e ociosos.

Com relação à reforma tributária, o relatório do ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ficou parado na Câmara Federal. No Senado Federal, o tema ganha prioridade, com três propostas difíceis de serem conjugadas ao mesmo tempo. A discussão deve começar com a eficiência, a simplificação e a desburocratização para limpar as dezenas de itens existentes no sistema de cobrança. Depois disso, deve-se pensar em mudança de alíquota.

Essas duas reformas – administrativa e tributária – terão de acontecer até o final do terceiro trimestre. Depois disso, será difícil acontecer. Nesse período, já começam a ganhar

SHUTTERSTOCK



dimensão os rumores das perspectivas para as eleições de 2022, com envolvimento de um terço do Senado e toda a Câmara Federal.

A discussão sobre endividamento pode ser considerada um tema permanente. A pandemia generalizada e as secas em algumas regiões do País afetaram a renda do campo. As operações de crédito rural sofreram prorrogações das parcelas de vencimento, e as dívidas do próprio setor passaram por renegociação. Houve um grande trabalho do Governo e do CN para jogar para frente esses pagamentos. Agora, cabe uma reorganização para normalizar essa situação, com uma nova proposta de financiamento para o setor.

O tema do licenciamento está bem encaminhado e praticamente pronto para ser votado desde 2018. Houve um acordo entre o MAPA e o MMA para alguns itens de conflito serem votados separadamente. Nesse caso, a sensação do CN também é de que, se não houver celeridade para aprovar a lei antes do último trimestre deste ano, não haverá no clima mais tenso das eleições de 2022.

A matéria sobre a Lei dos Defensivos Agrícolas também está pronta, com um ambiente bom para que ela seja votada. A pandemia mostrou que a aprovação de alguns produtos internacionais deve correr mais rápido na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A nossa legislação em relação a esses insumos segue passos totalmente contrários aos produtos modernos já utilizados no Brasil e no exterior. O produto aprovado para ser comercializado no mercado interno chega com tecnologia defasada tendo em vista o padrão praticado nos países desenvolvidos. A discussão desse tema deve ser feita de forma independente.

No tema da logística, assistimos às notícias diárias da concretização de novas privatizações para a construção de novas redes ferroviárias, mas o Brasil ainda continua enroscado nos embaraços fundiários e ambientais. O aspecto orçamentário sempre se resolve quando há, de fato, dinheiro privado na veia, como no caso da armazenagem, com déficit de 100 milhões de toneladas. Essas situações deixam-nos muito abaixo das condições traçadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) para um país produtor de alimentos.



EDUCAÇÃO DAS NOSSAS CRIANÇAS COM RELAÇÃO AO AGRONEGÓCIO



LETICIA ZAMPERLINI JACINTHO

Integrante do movimento De Olho no Material Escolar

Representamos um grupo de mães e pais preocupados com o conteúdo das apostilas escolares. Dedicamo-nos a trazer a realidade da cadeia de produção do agro brasileiro para o material didático das nossas crianças, plantando verdades e colhendo conhecimento.

Esfera mais importante da sociedade, a Educação estabelece a consciência, o caráter e os caminhos para o futuro das crianças e dos jovens. Por isso, apresentamos o movimento De Olho no Material Escolar, com exemplos de materiais didáticos de grandes grupos educacionais brasileiros, tanto privados, quanto públicos, completamente deslocados da realidade do setor.

A história contada em muitos materiais escolares retrata o agro como fomentador da injustiça, da opressão e da destruição, como se estas fossem a sua única realidade – uma visão com lentes do passado, que remete ao período colonial e que desconsidera os bons casos maiores e representantes dessa era tecnológica moderna.

Acreditamos que o futuro do País está ligado à sua competência na produção de alimentos. Nesse sentido, o agro representa a oportunidade para equilibrarmos o desenvolvimento sustentável e proporcionarmos bem-estar às próximas gerações. Com a revisão e a correção desses materiais didáticos, enriqueceremos os livros, auxiliando os professores e educando os alunos com informações reais sobre o setor.

Estamos nos organizando em grupos para atuar: (i) nas esferas governamentais, seja federal, estadual ou municipal; (ii) nas relações com instituições e entidades; (iii) na comunicação institucional de mídias e eventos; (iv) no recolhimento e na revisão do material escolar recebido; (v) na pesquisa dos mercados editorial e educacional; e (vi) na biblioteca virtual.

Para apoiar o setor público, escolas, editoras e autores, a nossa proposta consiste em aprimorar o material didático educacional. Queremos contribuir para uma visão mais científica, baseada em dados oficiais. O movimento de cada pessoa, com certeza, fará a diferença no processo. Junte-se a nós.

ENCERRAMENTO



ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

Ouvimos o presidente da FPA, deputado Sergio Souza, do Paraná, colocar as prioridades para o biênio da sua gestão entre 2021 e 2022. Com segurança jurídica, ele pretende mudar a imagem do setor rural perante a opinião pública, interna e externa. Na questão da regularização fundiária, deseja sanar as condições de ilegalidade, principalmente dos pequenos produtores rurais. Ao mesmo tempo, buscará aprovar as leis para agilizar o licenciamento ambiental e liberar novas moléculas de defensivos agrícolas, além da questão das terras indígenas.

Político experiente e habilidoso, Nilson Leitão citou com muita clareza e clarividência praticamente os mesmos temas tratados por Sergio Souza. No seu alinhamento de ideias, traçou as prioridades do IPA, com uma agenda de temas ligadas à questão ambiental que avançará até a COP-26, mais no final do ano. Esses assuntos deverão ser tratados com muito critério na linha da convergência – conforme citado pelo Evaristo de Miranda, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – entre o setor privado, o Governo e o IPA/FPA, para termos posições bastante articuladas e positivas.

As palavras da Leticia Zamperlini Jacintho consolidaram a necessidade de estarmos juntos no esforço de montar e executar um programa para mudar a imagem do Brasil, a começar pelo material escolar. Coisa mais "principista" do que isto não existe: iniciar com a criançada, tendo a educação como ponto de partida em todos os processos. Devemos apoiá-la e trazê-la para participar do Cosag. Então, a convergência esteve plena entre os palestrantes de mais essa reunião. ■

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR

UMA NOVA ERA



EVANDRO GUSSI
DIRETOR PRESIDENTE DA UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR (UNICA)

Um ano atrás, quando conversei com a ***Agroanalysis***, tudo era incerto. Estávamos no início da pandemia, sem saber o que estava por vir. No setor, a previsão de mais uma safra recorde de etanol, impulsionada pelo RenovaBio, ruiu. Enfrentávamos a tempestade perfeita.

Provou-se, contudo, mais uma vez, a nossa resiliência. Em meio à tempestade, conseguimos readequar a rota, entregar números impressionantes, que serão apresentados ao longo desta edição. E, com isso, conseguimos fazer mais pelas sociedades brasileira e mundial.

Além de manter o abastecimento dos produtos essenciais de cana-de-açúcar, etanol, açúcar e bioeletricidade, cuidando dos nossos colaboradores e comunidades, fizemos uma das maiores mobilizações solidárias, com a doação de 1 milhão de litros de álcool 70° para o sistema público de saúde de nove estados.

Entregamos, também, a operacionalização do primeiro mercado de carbono do País, com a comercialização de 14,5 milhões de créditos de descarbonização (CBios) em 2020. Neste ano, pelo menos outros 24,8 milhões de toneladas de carbono serão compensados no setor de transportes, contribuindo efetivamente para o atingimento das metas determinadas pelo Brasil no Acordo de Paris.

E muito está por vir: mais etanol, açúcar, bioeletricidade, biogás, biometano e outros produtos, com eficiência e preservação. A tempestade ainda está aqui, mas continuamos com um horizonte claro e uma rota definida, cultivando a nova era da sustentabilidade.

CAMINHO DAS ÍNDIAS





EDUARDO LEÃO DE SOUSA
DIRETOR EXECUTIVO DA UNICA

JÚLIA TAUSZIG
COORDENADORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA UNICA

Neste momento, a Índia é, seguramente, o país com o maior potencial para o desenvolvimento de um ambicioso programa de etanol no mundo. Motivos não faltam para isso: hoje, o país importa mais de 85% das suas necessidades de petróleo, reúne 25 cidades entre as cinquenta mais poluídas do Planeta por conta do uso de combustíveis fósseis e, ainda, figura como o terceiro maior emissor de gases do efeito estufa (GEE), depois apenas da China e dos EUA. Além disso, o país reúne, também, condições altamente favoráveis para esse movimento: é o segundo maior produtor global de cana-de-açúcar e de açúcar, ficando atrás apenas do Brasil, o que gera um grande volume de excedentes do adoçante, que só consegue ser exportado por meio de pesados subsídios oferecidos pelo governo indiano.

O etanol apresenta-se, portanto, como uma solução de mercado para esses excedentes de açúcar, ajudando a manter no meio rural os cerca de 50 milhões de famílias que dependem da produção de cana-de-açúcar atualmente e, ao mesmo tempo, endereçando de forma eficiente os desafios apontados: dependência de petróleo importado, poluição das suas grandes cidades e significativas emissões de GEE.

Relação ganha-ganha

Ressalte-se que o benefício desse movimento seria mútuo. Ganham a Índia e a sua população, mas ganha, também, o Brasil sob diversas formas, seja pela sinalização de um importante *player* asiático para a consolidação de um mercado global de etanol, seja pelo maior equilíbrio no mercado internacional de açúcar, que, hoje, convive com fortes distorções geradas pelos subsídios às exportações indianas do produto.

Com base nessa avaliação, a UNICA, o governo brasileiro e outros agentes têm enxergado uma importante oportunidade

de cooperação entre os nossos países e trabalhado de forma integrada nessa agenda, com base na nossa experiência de quase cinquenta anos no uso de etanol como combustível em larga escala. Em especial nos últimos anos, houve um forte engajamento da UNICA com atores-chave locais, incluindo a participação em diversos eventos naquele país. Somente em 2020, destacamos três ações relevantes:

- No início de 2020, a UNICA acompanhou uma missão presidencial à Índia, durante a qual o governo brasileiro assinou um memorando de entendimento com o governo indiano para uma cooperação em etanol, já dando os primeiros passos oficiais para avançarmos com essa agenda.

- Em seguida, no mês de fevereiro, a UNICA com o apoio da Embaixada do Brasil na Índia, participou do seu salão do automóvel, onde lançou a campanha #BringBackMyBlueSky, promovendo os benefícios ambientais do etanol para milhares de participantes da feira.

- Por fim, a UNICA realizou o evento Sustainable Mobility – Ethanol Talks, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil e o Arranjo Produtivo Local do Álcool (APLA), com apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Em formato de seminário técnico e assessorado pela consultoria DATAGRO, esse evento levou especialistas brasileiros à Índia para compartilharem a experiência de sucesso brasileira e promoverem discussões com autoridades, a Academia e o setor privado local, especialmente os segmentos de açúcar e automotivo.

Realizamos, ainda, diversas ações de comunicação que foram de extrema importância para reforçar a nossa mensagem e obter um maior alcance, incluindo matérias em jornais de grande circulação e redes sociais, além da publicação de artigos de opinião com parceiros locais.

Bola em jogo

Os resultados de todo esse trabalho já podem ser percebidos. Ao longo dos últimos dois anos, acompanhamos importantes medidas que criaram condições favoráveis ao estímulo da produção: a autorização do uso de caldo de cana para a produção de etanol (antes restrito ao uso de melaço, um subproduto do açúcar); a criação de um mecanismo tripartite que permitiu o compartilhamento de riscos entre bancos, produtores e indústria do petróleo de forma a viabilizar crédito para o aumento da produção e da distribuição do biocombustível no país; e a fixação pelo governo de um preço diferenciado para o etanol produzido a partir do caldo de cana.

Após esse "aquecimento", parece que o governo indiano resolveu, finalmente, entrar firme no jogo: no ano passado, determinou a obrigatoriedade da mistura de 10% de etanol em toda a sua gasolina já em 2022, devendo chegar a 20% antes de 2030; e, mais recentemente, autorizou a comercialização de etanol puro para utilização em carros *flex*. Essas medidas configuram-se como um efetivo ponto de inflexão no programa de bicombustíveis indiano e na agenda global de etanol. Bola em jogo!

BALANÇO DA SAFRA 2020/21 E PERSPECTIVAS PARA O CICLO 2021/22





GUILHERME BELON
ANALISTA ECONÔMICO DA UNICA

LUCAS RODRIGUES
ESTAGIÁRIO DA UNICA

O final da moagem na safra 2020/21 trouxe consigo um saldo positivo para as operações do setor sucroenergético. O resultado alcançado, contudo, não reflete a gangorra de expectativas que essa indústria vivenciou em virtude dos efeitos da pandemia nas condições de mercado e em toda a sociedade ao longo do último ano.

No início de 2020, a perspectiva para a safra 2020/21 apresentava-se com ótimos horizontes, tanto do ponto de vista da remuneração, com um cenário altista para o açúcar no mercado internacional diante da expectativa de um déficit mundial, quanto em termos operacionais. Porém, conforme os meses de março e abril avançaram, os efeitos da retração econômica e as medidas de isolamento adotadas afetaram drasticamente o cenário desenhado.

A restrição para a mobilidade urbana reduziu extremamente a demanda por combustíveis, impactando o preço do petróleo no mercado internacional, que atingiu o menor nível dos últimos vinte anos.

No mercado doméstico, o reflexo foi imediato. O preço da gasolina na refinaria retraiu 50% em relação ao preço praticado no momento pré-pandemia, e o valor recebido pelos produtores de etanol caiu para o menor nível dos últimos dez anos. No mercado de açúcar, o cenário altista deu lugar a uma retração que levou a cotação da *commodity* a atingir USc$ 9,50 por libra-peso.

Importância como provedor de sanitizantes

Felizmente, essa condição caótica foi se alterando aos poucos. As cotações do petróleo e do açúcar no mercado internacional recuperaram-se gradativamente, e, para os produtores nacionais do setor, a depreciação do real ante o dólar tornou a exportação mais rentável e competitiva. Com efeito, no final da safra, observou-se um salto de 70% nas exportações de açúcar e de 55% nas de etanol ante o ciclo 2019/20, gerando um saldo líquido de US$ 10 bilhões em divisas.

No mercado doméstico, a receita dos produtores com etanol recuperou-se e fechou a safra com um valor 2,3% superior ao do ciclo anterior. A receita com açúcar registrou um aumento de 31% no mesmo período.

Além disso, é importante frisar a importância do setor sucroenergético como provedor de produtos sanitizantes, imprescindíveis na contenção da proliferação do novo coronavírus. O mercado de álcool não carburante registrou um crescimento de quase 30% ante a safra anterior, atingindo 1,3 bilhão de litros no ciclo 2020/21.

No campo, as chuvas abaixo da média histórica permitiram uma melhor operacionalização da colheita, fortalecendo o índice de aproveitamento da moagem e propiciando uma maior concentração de açúcares totais recuperáveis (ATR) na planta. Essa combinação possibilitou ampliar a eficiência industrial, com a maior oferta de produto da história do setor sucroenergético.

A gangorra movimenta-se para a safra 2021/22

Com um balanço final positivo da safra 2020/21, a gangorra, mais uma vez, movimenta-se, agora em relação à safra 2021/22. Esse novo ciclo inicia-se com uma preocupação em relação ao tamanho da safra. A disponibilidade de cana deve ser inferior à do último ano, em função da condição climática adversa que deve impactar negativamente a produtividade agrícola, da menor área disponível para colheita e da provável redução na qualidade da cana-de-açúcar a ser colhida.

Em relação aos preços, é muito difícil qualquer afirmação assertiva diante das incertezas nas economias brasileira e mundial. Apesar dessa cautela, as expectativas são promissoras hoje, devido à receita convidativa para o etanol e o açúcar diante do cenário altista das cotações do petróleo e do adoçante, além do câmbio favorável à exportação.

Por fim, o mercado de CBios inaugurado em 2020 ganha uma relevância cada vez maior e se consolida como uma nova alternativa de negócio para o setor sucroenergético. No último ano, foram negociados 14,5 milhões de CBios, gerando um movimento financeiro de R$ 635 milhões. Neste ano, a quantidade negociada deverá atingir 25,0 milhões de CBios.

Em síntese, apesar das oscilações trazidas pela pandemia, a indústria sucroenergética, mais uma vez, mostrou resiliência, capacidade de inovação e competitividade para se adaptar às mudanças em curso.

DÉCADA DA RESTAURAÇÃO DE ECOSSISTEMAS



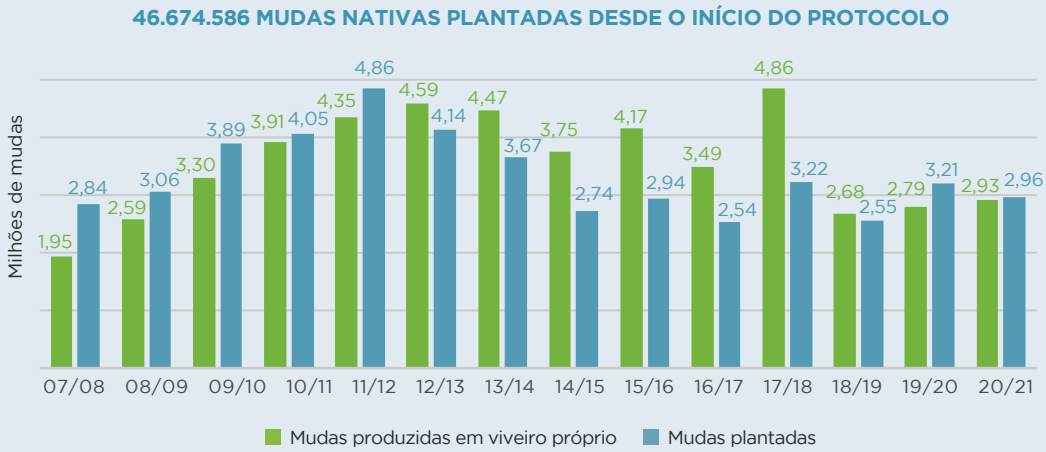
RENATA CAMARGO
ASSESSORA JURÍDICA E DE SUSTENTABILIDADE DA UNICA

Em março de 2019, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), contando com a presença de mais de 150 representantes e cinquenta organizações, entre governantes, organizações não governamentais (ONGs) e Secretarias das Convenções do Rio, aprovou uma resolução instituindo o período de 2021-2030 como a Década da Restauração de Ecossistemas.

Essa iniciativa veio para fazer coro com a agenda voltada à mitigação das mudanças climáticas (Acordo de Paris) e com a chamada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, tendo como objetivo a união de esforços para a restauração e a conservação dos ecossistemas. Para tanto, houve um consenso quanto ao fato de que a recuperação de milhões de hectares de ecossistemas terrestres e marinhos degradados apenas será possível a partir de um processo de mudança de racionalidade social.

Apesar de a Década da Restauração de Ecossistemas ter início apenas neste ano, podemos afirmar que o setor sucroenergético vem antecipando as suas contribuições no que se refere às iniciativas para a restauração ecossistêmica.

PRODUÇÃO E PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS POR USINAS SIGNATÁRIAS



Desde a celebração do Protocolo Agroambiental do Setor Sucroenergético (atualmente denominado Etanol Mais Verde) em 2007, as usinas paulistas realizaram o plantio de mais de 46 milhões de mudas de vegetação nativa, investindo na recuperação de milhares de hectares de vegetação nativa, em especial de áreas com matas ciliares e nascentes.

Apenas os dados do Etanol Mais Verde já seriam suficientes para demonstrar o comprometimento do setor sucroenergético com a recuperação dos ecossistemas e a proteção da biodiversidade, contudo não podemos deixar de mencionar que a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), da qual o etanol combustível representa uma parte significativa, prevê que qualquer área que tenha sido objeto de supressão de vegetação nativa a partir da sua instituição, ainda que de acordo com a legislação vigente, estará inelegível para fins de emissão de CBios.

Assim, seja pela sua vocação em investimentos para a recuperação de vegetação nativa, seja pelo compromisso de não supressão de novas áreas, é correto afirmar que o setor sucroenergético terá um papel de destaque para consecução das metas definidas para a Década da Restauração de Ecossistemas.

A MOBILIDADE DO FUTURO COMEÇA PELA SUSTENTABILIDADE

RICARDO SIMÕES DE ABREU
CONSULTOR DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL PARA A UNICA



A discussão mundial sobre o controle do aquecimento global produziu políticas públicas em vários países e blocos considerando sempre o tripé da sustentabilidade – aspectos ambiental, social e econômico – como base de suas decisões. Sob esse prisma, eles escolheram os meios a utilizar em vários setores, incluindo o transporte, para chegar ao objetivo de reduzir o aumento de temperatura do Planeta.

Os veículos elétricos com o uso de grandes baterias são apresentados quase como uma solução exclusiva, apesar dos custos econômico e ambiental das baterias, das reservas limitadas de matéria-prima e das altas emissões de GEE em sua produção. Não se pode criticar essa decisão dentro dos países que a fizeram. Há uma falta de opções sem depender de fontes externas e a pressão da indústria local para garantir a segurança energética. São enormes desafios desde a geração de energia elétrica limpa até a infraestrutura de distribuição e abastecimento.

O peso da decisão já tomada pelos grandes blocos na direção de veículos elétricos com baterias não pode se tornar um objetivo em si mesmo. Existem rotas complementares e eficazes que podem ser aplicadas em paralelo, utilizando soluções locais, reduzindo a dependência tecnológica e priorizando os investimentos mais condizentes às necessidades socioeconômicas regionais.

Faltam opções aos países que não dependam de fontes externas para garantir a segurança energética

Os biocombustíveis ou os combustíveis sintéticos são fontes de energia de baixo carbono que, por serem líquidas, podem usar a infraestrutura de abastecimento já existente, ou o biogás, a eletricidade limpa e o hidrogênio verde produzido a partir delas. Todas as soluções deverão ser utilizadas na medida de sua disponibilidade e sua infraestrutura. E, segundo esse critério, a mais rápida é o uso de veículos eletrificados com motores de combustão utilizando etanol. Isso porque a melhor eficiência em um veículo é obtida pela eletrificação: o uso de motores elétricos acoplados às rodas impulsiona o veículo sem muita perda de energia e recupera uma parte dela nos processos de desaceleração e frenagem. Qualquer que seja o combustível ou a propulsão escolhidos, todos os veículos podem ser eletrificados, e, se a produção de eletricidade for feita no veículo, ele é chamado de híbrido.

A fase da produção dos veículos é importante, pois representa um risco de desindustrialização do País, causa dependência tecnológica e afeta a sustentabilidade social e econômica, o que todas as nações querem evitar. Além disso, a sustentabilidade ambiental com o aço, o alumínio e, até mesmo, as baterias produzidas no Brasil com o uso da energia elétrica cada vez mais limpa de que já dispomos, e sem a necessidade de transporte por meio dos oceanos, terá uma emissão de GEE muito menor. Se considerado o potencial do setor sucroalcooleiro de gerar mais de quatro vezes de energia elétrica de baixo carbono do que já injeta na rede, forma-se um círculo virtuoso entre a fase de produção de etanol e a disponibilidade de energia de baixo carbono sem paralelo no mundo.

Essas alternativas, com uma abordagem acessível economicamente e de implementação rápida nos continentes asiático e africano e na América Latina, são fundamentais e, como produzem efeitos no curto prazo e significativos para o controle do aquecimento global, deveriam ser apoiadas pelas grandes nações. Só o esforço conjunto garantirá um futuro sustentável com inclusão social e mobilidade acessível e o desenvolvimento equilibrado do Planeta. É importante que o mundo se convença de que não há mais um outro lado; estamos todos no mesmo barco.

POTENCIAL DE GERAÇÃO DA BIOELETRICIDADE SUCROENERGÉTICA



ZILMAR JOSÉ DE SOUZA
GERENTE DE BIOELETRICIDADE DA UNICA

Em 25 de fevereiro último, foi aprovado o Plano Decenal de Expansão de Energia pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com o cálculo do potencial técnico da energia elétrica gerada (bioeletricidade) e da ofertada à rede nacional pelo setor sucroenergético. Esse potencial técnico de geração de energia elétrica considera os equipamentos e os processos mais eficientes em determinado momento, não sendo tratados aspectos econômicos (EPE, 2008).

Tomando por base a safra 2019/20 de cana-de-açúcar (quase 643 milhões de toneladas) para calcular o potencial técnico da energia elétrica (bioeletricidade) sucroenergética para a rede, considerou-se: (i) o bagaço de cana-de-açúcar com o fator de exportação das usinas vencedoras de leilões de energia; (ii) o aproveitamento da palha de cana; e, também, (iii) o aproveitamento da vinhaça e da torta de filtro para geração de biogás.

CÁLCULO DO POTENCIAL TÉCNICO DA BIOELETRICIDADE SUCROENERGÉTICA

SAFRA 2019/20	Produto	Fator (kWh)*	Potencial (GWh)
Produção de 642,67 milhões de toneladas	Bagaço	71,0	45.630
	Palha	135,9	87.340
	Biogás	22,9	14.717

*Exportação de energia por tonelada de cana-de-açúcar

Os fatores de exportação de energia elétrica por tonelada de cana variam. No bagaço, consideraram-se as quantidades enviadas para o Sistema Interligado Nacional (SIN) das usinas vencedoras nos leilões de energia. O número correspondeu ao dobro do volume anual exportado em 2020. Nas pontas e nas palhas, considerou-se o valor mais significativo apontado pelo MME, resultando em uma exportação de 87.340 gigawatts-hora (GWh). Na vinhaça e na torta de filtro para geração de biogás, considerou-se o fator de exportação da Usina Termelétrica Bonfim, vencedora do leilão de energia A-5 em 2016.

Assim, na safra 2019/20, o potencial técnico da bioeletricidade sucroenergética para a rede foi 147.687 GWh – um valor seis vezes maior do que o ofertado em 2020. O aproveitamento foi de apenas 15% do potencial técnico da bioeletricidade sucroenergética. Isso representa grandes oportunidades de investimento e expansão na matriz elétrica brasileira. ■

MODELO SUSTENTÁVEL DA PECUÁRIA TROPICAL



DANIEL GUIDOLIN
Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais (ASBRAM)

A ASBRAM acompanhou o recente lançamento das coletâneas de fatores nacionais para a emissão e a remoção de gases do efeito estufa (GEE) na agropecuária brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa obra reuniu e sintetizou o trabalho de pesquisa realizado por cerca de quatrocentos pesquisadores a partir de sete mil páginas. Os resultados, as oportunidades e as soluções apresentados mostram o papel fundamental do setor para garantir a segurança alimentar do Brasil e do mundo.

Neste ano, as agendas internacionais programam eventos importantes nas questões climáticas e ambientais, que influenciarão bastante a agropecuária mundial. Tivemos a Conferência da Terra (Earth Summit), realizada em abril último, em Washington (Estados Unidos), e temos a aguardada 15ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (COP-15/CDB) em Kunming (China), em meados de outubro próximo, e, para fechar com chave de ouro, a 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês) em Glasgow (Escócia), em novembro.

PROMOVER A INTENSIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL

O ciclo de expansão na produção e na exportação da agropecuária brasileira tem despertado uma atenção de âmbito mundial. Esse desempenho dá-se ao mesmo tempo em que se desenvolvem práticas de preservação ambiental nas regiões tropicais do País. No território nacional, predomina a cobertura por vegetação nativa (66%), seguida de pastagens (17%), matas (10%) e culturas (7%), de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A chamada intensificação sustentável faz parte da agenda para a solução da segurança alimentar no Brasil e no mundo. O próprio Código Florestal do Brasil parte do princípio de uma produção mais voltada à eficiência. Pesam a favor dessa tendência o aumento de consumo da população e a preservação dos recursos naturais água e solo.

Num país continental como o Brasil, os fatores de emissão e remoção na pecuária variam por sistema produtivo, tipo de terminação e idade dos animais. A emissão de metano por fermentação entérica pode ser mitigada e neutralizada pela biomassa forrageira fixadora de carbono no solo, enquanto a biomassa florestal realiza o sequestro de carbono da atmosfera.

CREDIBILIDADE E IMAGEM INTERNACIONAIS

Na recuperação das pastagens degradadas, o Brasil recuperou mais de 26 milhões hectares de pastagens desde 2010. Esse pacote tecnológico completa-se com o melhoramento genético das pastagens e de animais, somado a estratégias de suplementação e nutrição no período das secas.

As coletâneas ampliam o conhecimento sobre os sistemas nacionais de produção, tendo em conta as especificidades edafoclimáticas nacionais, a partir de metodologias científicas com aceitação internacional. Como mecanismo de transparência, o Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa subsidia planos de ação cujos resultados formam a base de dados oficial do País.

Como agrupam informações adequadas para a agropecuária desenvolvida em clima tropical, as Coletâneas possuem conteúdo para servir de referência a outros países com condições agropecuária e climática semelhantes às brasileiras. O MAPA dá um passo à frente para quantificar mais precisamente as emissões nacionais, desenhando, com isso, a política setorial nacional de enfrentamento à mudança do clima, para ganhar credibilidade e imagem internacionais. A pecuária bovina beneficia-se com essa iniciativa. ■

A URGENTE EFETIVIDADE DO CÓDIGO FLORESTAL



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

APÓS NOVE anos da aprovação da Lei nº 12.651/12, conhecida como Código Florestal, pouco se fez de concreto para a sua real aplicação no campo. Apesar das suas inovações e avanços, a matéria foi objeto de calorosas discussões no processo de votação e aprovação no Congresso Nacional e de judicialização. O posicionamento final coube ao Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou constitucional a maioria dos seus dispositivos.

Os estados receberam a competência de criar os Programas de Regularização Ambiental (PRAs), para que fossem consideradas as peculiaridades regionais. Alguns conseguiram elaborar a legislação e, aos poucos, avançam na regularização de propriedades rurais em seus territórios. Porém, muitos estão estagnados na elaboração da lei, na sua regulamentação, na implantação de *software* ou mesmo na capacitação de profissionais que farão a análise dos Cadastros Ambientais Rurais (CARs).

O governo brasileiro, especialmente o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), preocupado com a situação da necessidade de regularização ambiental, para que seja possível trabalhar outras iniciativas no agro, busca apoiar propostas para a criação de um PRA federal. Este auxiliaria os estados que não conseguiram a aprovação da respectiva legislação.

Como podemos constatar, o cenário é preocupante, pois precisamos avançar em novas agendas. Em 22 de abril último, o Brasil participou da reunião da Conferência da Terra (Earth Summit), manifestando a sua intenção em reduzir a emissão de gases do efeito estufa em 50% até 2030, assim como neutralizar as emissões até 2050.

No final do ano, o País participará da 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês), programada para ser realizada em Glasgow, na Escócia, de 1º a 12 de novembro. Esse é o fórum adequado para debater as mudanças climáticas.

Precisaremos demonstrar as iniciativas tomadas para contribuir com as discussões. Existe uma grande expectativa para avançarmos no quadro regulatório sobre o mercado de carbono. O Brasil tem um real interesse no avanço do tema, pois pode tornar-se uma excelente fonte de recursos e investimentos nas áreas florestal, industrial, de energia e de manejo de recursos.

Atualmente, há mais de sessenta mecanismos de precificação do carbono, sendo o valor médio global de US$ 2,00 por tonelada. Existe a expectativa de aumentar esse valor para US$ 75,00 até 2030 no contexto da redução de emissões, conforme estabelecido no Acordo de Paris. Além disso, é necessário que fortaleçamos o reconhecimento do caráter econômico das atividades de conservação, por meio dos mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

O Brasil precisa avançar na agenda ambiental. Há diversas áreas a serem desenvolvidas, mas, para que isso aconteça, é preciso parar de se rediscutir assuntos já decididos pelo poder Judiciário. É hora de seguir em frente, conferindo efetividade ao Código Florestal e a todos os mecanismos inseridos na sua rigorosa estrutura. Desta forma, conseguiremos promover a regularização de todas as propriedades rurais, combater o desmatamento ilegal, estimular novos sistemas de produção sustentáveis e levar segurança jurídica à agropecuária brasileira. ■



DIÁRIO DE BORDO

CONEXÃO PERFEITA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

QUANDO ESTE artigo estiver circulando, deverá estar terminando a colheita de mais uma safra recorde de grãos. Estarão por se completar apenas a safra de inverno (trigo, aveia e sorgo) e a segunda safra de milho, a antiga "safrinha" e que, hoje, representa dois terços da produção desse cereal nobre e de múltiplas aplicações, entre as quais vem aumentando a fabricação de etanol, com resultados econômicos excelentes.

Pela primeira vez na nossa história agrícola, a colheita de grãos superará 270 milhões de toneladas! É interessante notar que ninguém parece se impressionar com um recorde novo a cada ano, como se fosse algo normal, ou corriqueiro. Não é nada disso: trata-se de um movimento contínuo de inovações tecnológicas geradas na Academia, nas instituições de pesquisa públicas e privadas e nas *start-ups* que surgem como cogumelos nos nossos "Vales do Silício", como um que temos em Piracicaba sob a inspiração da Esalq/USP. São tecnologias que transcendem as questões agronômicas ou zootécnicas para avançar em temas mais sofisticados de gestão, sob a onda da digitalização e da conectividade, empurrada por uma juventude imaginosa e brilhante.

Essas inovações são incorporadas pelos produtores rurais brasileiros com rapidez, atendendo as exigentes demandas da competitividade internacional, crescentemente ampliadas por novas barreiras tarifárias ou não tarifárias.

Mas se os números de grãos representam uma vitória das cadeias produtivas, não para aí o sucesso do agro. No ano passado, a produção de cana-de-açúcar foi de 642,7 milhões de toneladas, a de carnes somou 28,0 milhões de toneladas, a de leite 36,3 milhões de toneladas, a de frutas chegou a 40,0 milhões de toneladas (aí inclusos os quase 15,0 milhões de toneladas de laranja), a de café foi de 3,7 milhões de toneladas, a de pescado 1,3 milhão de toneladas, e a de legumes e hortaliças superou 12,0 milhões de toneladas. Com isso, tem-se a soma de mais de **1 bilhão** de toneladas!!!

Isso sem falar em ovos, cuja produção foi de 53,5 bilhões de unidades.

Fora essa fantástica e honorável numerologia de alimentos, foram produzidos, ainda, 4,37 milhões de toneladas de algodão em caroço, 21 milhões de toneladas de papel e celulose, 6,4 bilhões de litros de biodiesel e 35,7 bilhões de litros de etanol.

Vale lembrar que 51% de toda essa produção passou por cooperativas agropecuárias cuja maioria de associados é composta por pequenos e médios produtores.

Os bons números não terminam aí, pois foram exportados cerca de US$ 100,8 bilhões somente do agronegócio em 2020, alimentando perto de 800 milhões de pessoas, ou mais de 10% da população do Planeta.

Disso podem se orgulhar todos os brasileiros, e não somente os produtores rurais e seus agentes comerciais. Afinal, todos os fatores de produção (máquinas, implementos, veículos, fertilizantes, defensivos, sementes, crédito, seguro e tecnologia) vêm das cidades, pois é nelas que eles são desenvolvidos ou fabricados. E, depois da colheita feita, o resultado vai para a indústria de alimentos, supermercados ou feiras, portos ou armazéns, que são também urbanos, de modo que a relação entre o urbano e o rural é absolutamente indissolúvel nessa construção de empregos, riqueza e renda que o agro traz para o Brasil. São a cidade e o campo em conexão siamesa. ■

"Pela primeira vez na nossa história agrícola, a colheita de grãos superará 270 milhões de toneladas!"

PRODUZIR

DESRESPEITO AO MANUAL DE CRÉDITO RURAL

SÉRGIO BORTOLOZZO
Vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



O AGRONEGÓCIO brasileiro não para e não parou: uma das expressões mais reverberadas desde o início da pandemia da COVID-19. A infraestrutura produtiva de alta tecnologia existente hoje em boa parte do setor serviu como um dos pilares para que o agro mantivesse funcionando as suas principais cadeias produtivas ao longo desse tempo.

Na realidade, o produtor rural brasileiro investe pesado, há anos, em insumos e máquinas e, mais recentemente, também em ferramentas digitais. Esse movimento coletivo fez o Brasil desenvolver a agricultura tropical mais eficiente e sustentável do Planeta.

Nos últimos quarenta anos, o agro brasileiro passou a gerar oferta, qualidade e diversidade de grãos, proteínas, fibras e energia renovável a preços compatíveis. Isso assegurou o abastecimento interno, com excedentes exportáveis. De país importador, o Brasil tornou-se um dos maiores exportadores de produtos agrícolas, com a tendência de esse posicionamento acentuar-se ainda mais.

Essa equação impreterível passa por uma remuneração satisfatória. A despeito do recente viés altista para a maioria das cotações agrícolas, o produtor rural enfrenta enormes desafios. Do lado estrutural, há os gargalos na infraestrutura logística, os recursos públicos insuficientes para pesquisas e a baixa cobertura do seguro rural. Na parte conjuntural, há as intempéries climáticas diversas – como as estiagens no Sul e no Nordeste e o excesso de chuvas no Centro-Oeste –, a elevação acima da média dos custos de produção, a incidência aguda de pragas e doenças, entre outros.

Quanto à seca, os prejuízos levaram à promulgação de decretos de estado de emergência, bem como à necessidade de acionar o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Muitos produtores enfrentaram dificuldades para honrar os compromissos relacionados ao crédito rural.

Esse quadro desencadeou uma nova rodada, absolutamente justificável, de renegociações com instituições bancárias, mas que são executadas em desacordo com o Manual de Crédito Rural (MCR), cuja norma cita que "independentemente de consulta ao Banco Central, é devida a prorrogação da dívida, aos mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário, em consequência de: dificuldade de comercialização dos produtos; frustração de safras, por fatores adversos; e eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações".

Em outras palavras, apesar de o MCR assegurar ao produtor o direito de alongar o prazo de financiamento do crédito rural nas mesmas bases contratuais da captação inicial, essa regra não vem sendo respeitada em muitas situações de que temos conhecimento. Logo, instituições bancárias estão renegociando dívidas do crédito rural impondo novos encargos e condições, com base em financiamentos comuns. Isso desrespeita o que preconiza o MCR. Caso o produtor não aceite, a dívida sofre execução judicial.

À ministra do Ministério da Agricultura, Tereza Cristina, encaminhamos uma proposta para reclassificar esses débitos, fazendo com que sejam trazidos aos valores e às condições originais da primeira operação de captação do crédito rural. A ministra mostrou-se sensível e busca soluções a fim de endereçar a questão da melhor maneira possível para o setor produtivo. ■

Desrespeitando o MCR, bancos estão renegociando dívidas dos produtores impondo novos encargos e condições, com base em financiamentos comuns.



OPINIÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS NA ECONOMIA DE PLATAFORMAS

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A AMPLITUDE e a velocidade das mudanças tornaram-se mais evidentes ao longo da pandemia. O que já existia em alguns nichos se tornou realidade para muitos segmentos da economia. Assim, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo incorporou a tendência da chamada "economia de plataformas" na definição da sua estratégia de modernização.

Tradicionalmente, o espaço, ou seja, a distância entre o local da produção e o local do consumo, representa uma fatia relevante na composição de custos e preços. Especialmente num país com dimensões continentais, a logística merece atenção especial. A função de *hub* do estado de São Paulo – que, além de ser um produtor importante de um conjunto de produtos agropecuários, importa matérias-primas de outros estados, realiza a transformação e, de forma significativa, exporta alimentos e outros itens que têm origem rural – demanda ferramentas eficientes para organizar o fluxo de mercadorias e serviços.

Com esse intuito, foi criada a plataforma AgroSP (http://agrosp.sp.gov.br), para fomentar novas oportunidades para o agronegócio paulista, beneficiando, especialmente, os produtores de pequeno porte. Totalmente gratuita, a ferramenta online conecta de forma simples os agentes da cadeia do agro, possibilitando que os produtores rurais aumentem as vendas e que os compradores em geral tenham acesso a uma maior variedade de produtos locais.

Tanto para as empresas, como para a sociedade, a plataforma reduz custos, tempo e poluição, permitindo o encurtamento do espaço físico entre os dois extremos da cadeia alimentar. Classicamente, a cadeia produtiva envolve múltiplas atividades logísticas, tanto antes da porteira, como depois dela. Os produtores que não oferecem legumes, frutas, frango orgânico e ovos exclusivamente nas feiras livres costumam entregar sua mercadoria a intermediários ou centros de distribuição. Nesse caso, que representa a maioria, a ferramenta AgroSP facilita novos formatos comerciais.

Do lado do agricultor, estão se constituindo *clusters* locais, uma espécie de minicooperativas funcionais não formalmente estruturadas. Ou seja, em vez de entregar os produtos à cooperativa ou a atacadistas, formam-se pequenos grupos num raio de alguns quilômetros para, numa vitrine digital, oferecer sua mercadoria com imagens, vídeos, preços e *links* para encomendas. Do outro lado da cadeia, e sofisticando a tendência de instalações de pontos de venda em prédios urbanos, podem ser organizados *clusters* de compradoras que programam suas necessidades por tipo de produto, quantidade e data, permitindo um fornecimento *just in time* e fisicamente direto entre o *cluster* rural e esses *clusters* urbanos. Desta forma, tempo e distância física com efeitos positivos para o frescor de produtos perecíveis e o custo logístico aproveitar-se-ão daquilo que se espera da economia de plataformas de transação.

Com esse conceito, a plataforma AgroSP acelera o adensamento do ecossistema de plataformas que conecta pessoas, empresas, entidades de classe e serviços públicos. Ao mesmo tempo, contribui para o reforço da economia sob demanda, que inverte a lógica tradicional da cadeia que se organizou do campo em direção à mesa. Novos hábitos de consumo exigem a inversão dessa lógica, tornando o consumidor um elemento-chave para a definição de produtos e processos no campo. ■

"...foi criada a plataforma AgroSP (http://agrosp.sp.gov.br), para fomentar novas oportunidades para o agronegócio paulista, beneficiando, especialmente, os produtores de pequeno porte."

REFLEXÃO

O MOMENTO EXIGE PROTAGONISMO



MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

NAS ÚLTIMAS duas semanas, o governo brasileiro recebeu várias cartas e manifestos de empresários pedindo por mudanças na política ambiental no Brasil. Uma delas, encabeçada pela Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura – movimento que compreende mais de 280 organizações –, pede metas mais ambiciosas ao Governo.

Entre as medidas solicitadas, estão: a retomada e a intensificação da fiscalização das terras do País; a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para saber quais terras são legais ou não, especialmente em áreas públicas; a concessão de financiamentos somente sob critérios socioambientais; e transparência quanto à supressão da vegetação.

Essas medidas, por si só, já trariam grandes mudanças, inclusive para a imagem do Brasil no exterior. Mais do que isso, ajudariam o País a retomar o seu papel de protagonista na discussão ambiental, algo que não acontece há algum tempo. O que chama a atenção é que todos os pontos indicados nessa carta fazem parte do arcabouço legal nacional, ou seja, não se trata de inventar a roda, mas de se fazer cumprir a lei, assumindo a condição de querer um país legal.

Com a aproximação da Conferência da Terra (Earth Summit), convocado pelo novo governo americano (que convidou as quarenta principais economias do mundo), o governo brasileiro fica ainda mais pressionado a agir, pois a falta de ambição do País nesses últimos anos implodiu o histórico protagonismo que tinha nessa área. Chegaremos a esse encontro com a obrigação de prestar contas, em vez de cobrar por ações efetivas dos países desenvolvidos, pois nos faltou conhecimento estratégico.

O Brasil está em um momento decisivo e pode reverter os recentes equívocos. O mundo continua com os olhos voltados para a Floresta Amazônica. As queimadas e o desmatamento ilegal registrados nos últimos anos fizeram um estrago muito grande na imagem do País, prejudicaram e continuam prejudicando o nosso agronegócio, que nada tem a ver com essas ações criminosas, penalizando o setor mais competitivo que temos e que é fundamental para quem enfrenta uma pandemia sem precedentes na história.

Uma prova da nossa falta de estratégias de ação para proteger a imagem do Brasil, das marcas e dos produtos brasileiros no exterior foi dada com a proposta ao governo de Joe Biden de reduzir em 40% o desmatamento ilegal em apenas um ano caso recebêssemos um valor irrisório em relação ao que vale o ativo ambiental do Brasil. Se é tão fácil, por que não fizemos antes?

O problema é que consumidores do mundo inteiro aceitam essa narrativa de que o Brasil é um país que desmata e incendeia florestas, desconsiderando os esforços que o agronegócio brasileiro tem feito, ao longo de décadas, para aumentar a sua produtividade por hectare plantado, usando muita tecnologia e inovação. Ao simplificar um problema tão sério e tão difícil de ser atacado como as ações ilegais que culminam no desmatamento ilegal, apenas confirmamos a nossa inação.

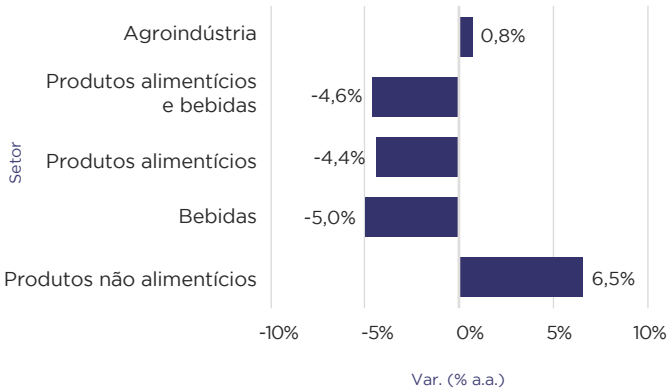
Qual será a nossa posição na Conferência da Terra (Earth Summit) e na 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-26/UNFCCC, nas siglas em inglês)? Vamos como protagonistas ou coadjuvantes? Afinal, consumo e comércio são mais do que uma decisão individual; são uma prática social, e isso também vale para visões políticas, econômicas e ambientais. Quando esta edição da ***Agroanalysis*** estiver nas suas mãos, já teremos os resultados da reunião americana. Espero que já tenhamos recebido resultados palpáveis e notícias alvissareiras ao País. ■

O mundo desconsidera os esforços que o agronegócio brasileiro tem feito para aumentar a sua produtividade.

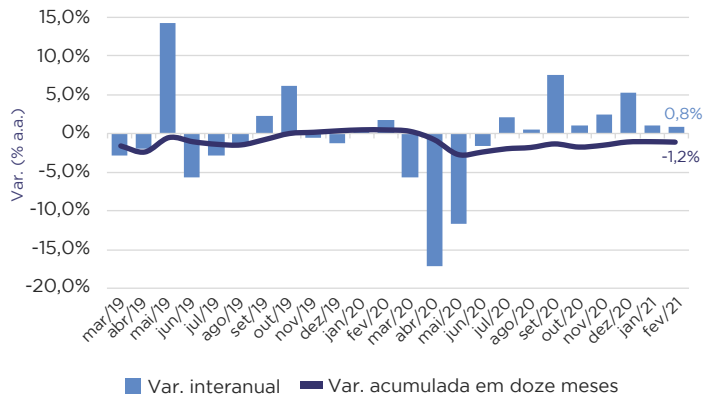
ÍNDICE DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL (PIMAGRO)

REFERÊNCIA: FEVEREIRO DE 2021

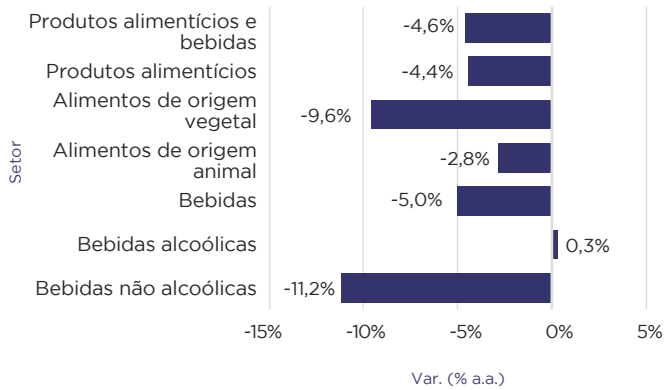
AGROINDÚSTRIA E PRINCIPAIS SETORES: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM FEVEREIRO DE 2021



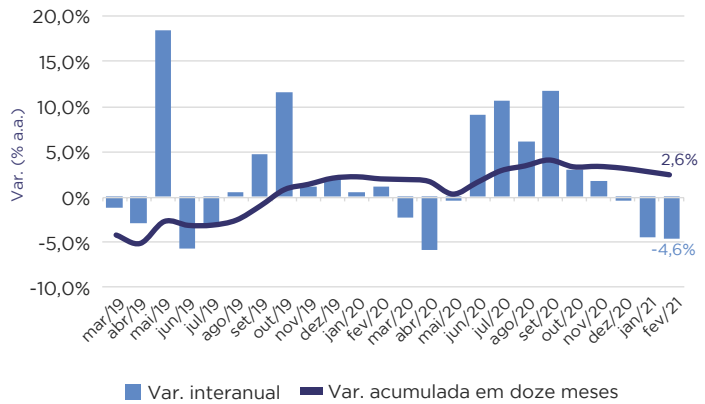
AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



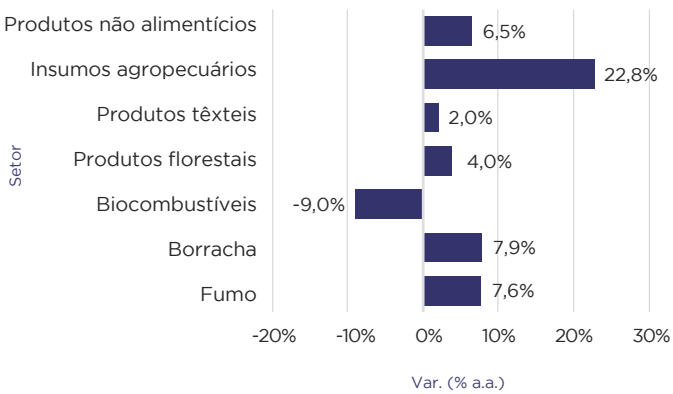
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM FEVEREIRO DE 2021



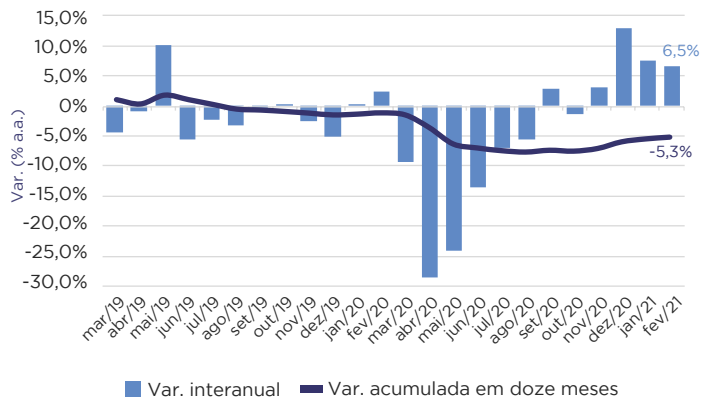
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÃO INTERANUAL DA PRODUÇÃO EM FEVEREIRO DE 2021



PRODUTOS NÃO ALIMENTÍCIOS: VARIAÇÕES INTERANUAL E ACUMULADA EM DOZE MESES DO VOLUME DE PRODUÇÃO



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal/IBGE; elaboração: FGV Agro

Sicredi



2ª Instituição Financeira em Crédito Rural no País
Ranking Maiores e Melhores
Revista Exame 2020

Nossa parceria

com o agronegócio alimenta o Brasil e o mundo.

Somos o Sicredi e somos parceiros de quem faz o agronegócio do Brasil acontecer. Por isso, oferecemos mais de trezentos produtos e serviços financeiros, e um atendimento próximo de verdade para auxiliar a sua lavoura a continuar crescendo.



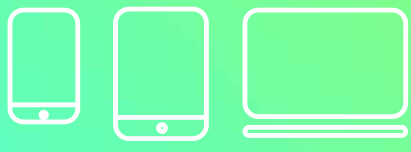
Conheça o Sicredi:
Mais de **118 anos** de tradição.
Mais de **2.000** agências pelo país.
Mais de **5 milhões** de associados.
R$ **100 bilhões** na carteira de crédito.

Saiba mais em:
sicredi.com.br

SAC - 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala -** 0800 724 0525. **Ouvidoria -** 0800 646 2519.

RESERVE
SUA AGENDA

Online



20º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

NOSSO CARBONO É VERDE

www.abag.com.br

02 AGOSTO 2021

abag

[B]3